



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

WILLIAN SILVA DE PAULA

**TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE JOVENS NEGROS EGRESSOS
DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ NO PERÍODO
DE 1995 A 1999**

**CUIABÁ/MT
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

WILLIAN SILVA DE PAULA

**TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE JOVENS NEGROS EGRESSOS
DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ NO PERÍODO
DE 1995 A 1999**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na Área de Concentração em Educação, Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Movimentos Sociais: Política e Educação Popular.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia Rodrigues Müller

**CUIABÁ/MT
2007**

Paula, Willian Silva de

Trajetórias profissionais de jovens negros egressos do Centro Federal de Educação de Cuiabá no período de 1995 a 1999 / Willian Silva de Paula – Cuiabá, 2007.

95.: il.

Bibliografia: 94-95

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Rodrigues Muller

Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Mato Grosso.
Instituto de Educação

1.Educação – negros – Tese. 2. Negros – Mercado de Trabalho – Tese.
3. Ensino profissionalizante – CEFET Cuiabá – Tese. I. Muller, Maria Lúcia Rodrigues.

II. Título.

MT/IFMT/BON

CDU – 37.043.1-054(817.2)

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFMT

Prof^a. Dr^a Moema de Poli Teixeira
Examinadora Externa (UFF)

Prof^a. Dr^a Maria Aparecida Morgado
Examinadora Interna (UFMT)

Prof^a. Dr^a Maria Lúcia Rodrigues Müller
Orientadora (UFMT)

Aos negros assim como eu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao **Astral Superior** que através da força do pensamento tenho recebido luz e inspiração para trilhar minha jornada neste Planeta Escola.

Agradeço aos meus tesouros **Ivo e Maria** que me proporcionaram a experiência da vida e sem os quais não teria força para lutar por dias melhores.

Agradeço à minha orientadora, professora **Maria Lúcia Rodrigues Muller** com quem pude aprender que temos muito ainda o que fazer para que esse mundo seja mais justo. Obrigado, professora pelos momentos de carinho, de ensinamentos e principalmente pela paciência durante as orientações me fazendo compreender as idéias que os autores nos passavam.

Agradeço a **minha família** pela compreensão das ausências e pelo carinho nos momentos que mais precisei e continuo precisando. Quero pedir autorização a todos para dedicar esse trabalho em especial para **Tia Lúcia**, pessoa formidável que para mim foi um exemplo de vida, pois passou por este mundo de cabeça erguida, apesar de todo preconceito que sofreu.
Tia, obrigado por me fazer sentir tão especial.

Quero agradecer aos meus irmãos **Mayce, Ítalo e Rubia** almas cúmplices na minha encarnação que inspiram amizade, amor e dedicação através dos sobrinhos que me deram nessa vida. Adoro vocês!

Agradeço aos meus amigos de horas, dias, anos, pois sem eles não teria como me desabafar e contar sobre minha pesquisa, então deixo meu muito obrigado para **Gustavo, Dingo, Roberto, Mauricio, Marquete, Tina, Letusa, Andréia, Júnior, Marcão** e um todo especial para **Tio Toty e Tia Maria** que me acolheram como membro da família durante o mestrado.

Aos colegas de mestrado **Maristela, Ivone e Joana**, quero registrar um obrigado, não só pelos momentos compartilhados, mas sim pela amizade sincera e verdadeira que consegui estabelecer com vocês. Vocês ocupam um lugar todo especial na minha vida, valeu!

Ao grupo de pesquisa do **NEPRE** pelas experiências compartilhadas, meu muito obrigado.

Agradeço às professoras **Maria Aparecida Morgado e Moema de Poli Teixeira** pela atenção e pelos apontamentos feitos para que esse trabalho tivesse um acabamento melhor.

Agradeço à Direção Geral do **Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá** na pessoa do prof. **Dr. Ademir José Conte** que me possibilitou mais essa conquista.

Quero também agradecer aos meus amigos **professores e técnicos** do Cefet Cuiabá pelo carinho e estímulo para que esse trabalho pudesse ser concluído.

E não podia deixar de agradecer aos **meus alunos**, sem os quais essa pesquisa não seria possível acontecer. Obrigado, mesmo, pelos momentos que passamos juntos, pelas entrevistas, pelas risadas, pelas lágrimas. Esse trabalho também é de vocês.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa buscou investigar a trajetória profissional de jovens negros egressos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá no período de 1995 a 1999. Para isso foram realizadas entrevistas com treze alunos egressos do curso técnico em agropecuária, levantando, através da “História de Vida” fundamentada em Becker (1999), a trajetória que eles desenvolveram no mercado de trabalho após concluírem o curso técnico. Através das entrevistas pode-se construir uma análise de dados tendo como suportes teóricos estudos de Petruccelli (1998); Hall (1999); Velho (1999) e Teixeira (2003). A trajetória profissional desses alunos mostrou que a educação, os familiares e amigos interligados como uma rede foram os suportes essenciais para que pudessem galgar novos degraus e se sentirem vencedores dentro de uma sociedade que nada tem de “democracia racial” para com os negros que nela vivem.

Palavras-chave: Negro. Cefet. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

This research tried to investigate the professional trajectory of young blacks egresses from the Federal Center of Technological Education from Cuiabá in the period of 1995 to 1999. For this, thirteen pupils egresses of the technician course had been interviewed, based on "History of Life", Becker (1999), trying to understand the trajectory that they had developed in the work market after to conclude the technician course. Through the interviews analyzes of data could be constructed having as theoretical supports studies of Petrucelli (1998); Hall (1999); Velho (1999) and Teixeira (2003). The professional trajectory of these pupils showed that the education, family and friends as a net, had been the essential supports for the accomplishment of their projects of life and made them feel like winners inside of a society without "racial democracy" with blacks who live in it.

Key-words: Black. Cefet. Work market.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos alunos por cor e ano de formatura.....	36
Tabela 2 – Quadro de profissionais do CEFET que contribuíram com a pesquisa.....	40
Tabela 3 – Cor dos alunos, segundo a classificação do pesquisador e a autoclassificação dos alunos.....	43
Tabela 4 – Ocupação dos pais dos entrevistados.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DIEESE	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da Cut
ETA	Ensino Técnico Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSPIR	Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MT	Mato Grosso
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
RG	Registro Geral
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
CONSTRUINDO O ALICERCE DA PESQUISA	18
1.1 A educação agrícola no Brasil	18
1.1.2 O aprendizado agrícola em Mato Grosso	21
1.1.3 Do Aprendizado Agrícola ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá...	24
1.2 Desigualdades: uma questão de cor	27
1.2.1 Uma educação de cor	27
1.2.2 O cenário racial do mercado de trabalho	29
1.2.3 A cor no mercado de trabalho em Mato Grosso	31
CAPÍTULO II	
UM BAÚ DE INFORMAÇÕES	34
2.1 Procedimentos metodológicos	34
2.2 A classificação do objeto por categorias de cor	41
2.3 Eu sou moreno!	46
CAPÍTULO III	
DISCRIMINAÇÃO. EU VI, VIVI E VENCI!	48
3.1 Identidade. Eu tenho!	48
3.2 Discriminação e a percepção dos alunos	51
CAPÍTULO IV	
TRAJETÓRIA PROFISSIONAL – UMA TRILHA MARCADA NUM MAPA DE COR	65
4.1 A família no meio do caminho	65
4.2 Uma rede a embalar o sonho	71
4.3 A trilha continua na jornada da vida	77
4.4 Mobilidade social para trilhar novos caminhos	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	89
FONTES	94
WEBGRAFIA	95

INTRODUÇÃO

Em nosso país, quando se fala em “raça” é normal pensar logo nos negros, e embutido nisso está também a questão dos fenótipos do sujeito: a cor da pele e dos olhos, o tipo de cabelos etc. – como se apenas os negros tivessem a ver com essa questão porque “raça” marca uma diferença biológica, social, econômica e psíquica, pois, segundo Munanga (2003), pode-se observar que o conceito de raça tal como se emprega hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: relação de poder e de denominação.

Müller (2005) observa, também, que raça não existe, somos uma só espécie humana e que, no entanto, raça é uma palavra que ainda tem valor social apenas no nosso dia-a-dia e Teixeira (2003) aponta que os estudos das relações raciais desenvolvidas no Brasil mostram que não seria possível negar que raça constitua um dos critérios que auxilia a determinação da posição, do status ou do lugar do indivíduo na sociedade brasileira, segundo Hasenbalg (1979 e 1998) e Oliveira et alii (1985).

Assim, ser negro num país multirracial e miscigenado como o Brasil é ser diferente. Mas diferente de quem? De uma pessoa branca? Que é dado como o natural existente, que ninguém questiona seu sexo ou sua “raça”? Isso apenas por ser branco?

Estudar as diferenças entre negros e brancos na educação tem sido uma tarefa difícil quando se tem em mãos dados que nos levam a perceber a necessidade de compreendermos o retrato das desigualdades raciais que vem sendo solidificado na sociedade brasileira.

Adentrar nesse campo para empreender uma pesquisa de mestrado deve-se estar preparado para grandes descobertas, encantos e desencantos, que nos leva a refletir o passado para fazermos a diferença no presente.

Como aluno do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação e professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá (antiga escola de São Vicente), procuro, nas minhas investigações, identificar o espaço profissional alcançado por jovens negros egressos do Ensino Médio/Técnico de Agropecuária do CEFET-Cuiabá, no período de 1995 a 1999.

Este trabalho nasceu decorrente das observações feitas durante a defesa de estágio que faz parte do programa curricular. Os relatos feitos, principalmente, pelos alunos negros despertaram em mim a curiosidade para investigar o nosso egresso no mercado de trabalho em específico no da agropecuária onde se espera que eles atuem.

O objetivo desta pesquisa, então, é discutir a trajetória profissional dos jovens negros egressos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, analisando a trajetória profissional desses alunos jovens negros no mercado de trabalho, evidenciar as sucessivas barreiras que se antepõem aos jovens negros no mercado de trabalho e gerar uma discussão sobre uma política afirmativa para a inclusão dos negros nas frentes de trabalho para o estado de Mato Grosso.

Para esse trabalho foram levantados referenciais teóricos que dão suporte no decorrer da pesquisa, tais como: Hasenbalg (1979, 1985) e Nelson do Valle Silva (1985, 1992) que durante os anos 70 e meados dos 80, passaram a investigar a possibilidades da coexistência entre racismo e crescimento industrial capitalista e sustentavam que o preconceito e a discriminação teriam adquirido novos significados e funções na estrutura social que emergia após a Abolição. Racismo e discriminação relacionavam-se com os benefícios simbólicos e materiais obtidos pelos brancos sustentados na desqualificação dos seus competidores não-brancos; isso refuncionalizava a discriminação, dando-lhe novo sentido na ordem industrial. O desafio analítico passava a ser, então, explicar as desigualdades raciais uma vez que o legado escravista já não era mais considerado uma importante variável causal. Suas interpretações chamaram a atenção para novas indagações relativas à produção das desigualdades raciais no Brasil contemporâneo.

Os pesquisadores chegaram à conclusão irrefutável de que no Brasil a condição racial é sistematicamente fator de privilégio e vantagem para os brancos e desvantagem e exclusão para os pretos e pardos. Segundo Santos (2004), pode se dizer que o Estado a partir da segunda metade do século XIX, pós – 1850, e, principalmente, início do século XX, até meados dos anos 40, foi o veículo primordial da formação de um mercado de trabalho fundado na exclusão dos negros.

Tendo os alunos negros egressos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá como objeto de pesquisa, partiu-se da idéia que a questão racial é um forte determinante que gera diferenças no âmbito do trabalho, como afirma Oliveira (1999) “A raça é um fator determinante do padrão de vida, sendo comprovada a situação de inferioridade da população negra e mestiça na habitação, no trabalho, na educação, em relação à saúde, à expectativa de vida e aos índices de mortalidade infantil” (p.36).

A discriminação do negro no mercado de trabalho é um fato que perdura há longa data, como confirma Oliveira (1999): “Analisando o problema da cor na força do trabalho em anos recentes, 1982 e 1987 a 1990, a partir de dados do IBGE, percebo que a condição de inferioridade dos afro-descendentes se mantém ao longo dos anos” (p.43). Com relação à educação, Henriques (2001) reconhece que a heterogeneidade na escolaridade da população adulta brasileira explica grande parte da desigualdade de renda no Brasil. A literatura sobre desigualdade racial no interior do mercado de trabalho também concede importância significativa ao papel da educação na explicação da desigualdade racial. Portanto, os indicadores referentes aos níveis e à qualidade da escolaridade da população brasileira são estratégicos para a compreensão dos horizontes potenciais de redução das desigualdades social e racial e para a definição das bases para o desenvolvimento sustentado do país.

Santos (2004) menciona que alguns estudiosos como Urani (1995), por exemplo, associam as taxas de desigualdades raciais ao pouco acesso à educação, pois o preconceito no mercado de trabalho é mais evidente entre os trabalhadores com menor escolaridade. Seguindo ainda observações feitas pela mesma autora, ao se basear nos estudos de Hasenbalg (1979) e Silva (1980), acredita-se que as desigualdades entre brancos e negros não podem ser explicadas nem pela herança escravista, nem pela pertença de negros a classes sociais distintas, mas que tais desigualdades resultam inequivocamente de diferenças de oportunidades de vida e de formas de tratamento peculiares a esses grupos sociais.

Jaccoud & Beghin (2002) ressaltam que a taxa de participação no mercado de trabalho é similar entre brancos e negros. A taxa de desemprego mostra uma leve variação por cor ou raça: em 2001, enquanto um indivíduo branco economicamente ativo tem 6% de probabilidade de estar procurando emprego sem achá-lo, para um negro a probabilidade é de 7%. Contudo, enquanto 41% dos brancos têm empregos formais (empregados com carteira ou funcionários públicos), este é o caso apenas para 33% dos negros. Dentre os brancos, 12% estão empregados sem carteira, ao passo que, para os negros, esse percentual é de 17%. As autoras destacam ainda que mesmo controlando um conjunto de outras variáveis como: idade, nível educacional, sexo e região de residência, os negros continuam em situação de desvantagem em relação aos brancos.

As simulações revelam que em 1999, em termos de desemprego, a diferença nas taxas entre negros e brancos era da ordem de três pontos percentuais, deve-se, esses dados, quase que exclusivamente à discriminação racial gerada no próprio mercado de trabalho. Isso porque, como mencionado anteriormente, considera-se que as outras variáveis que poderiam explicar essas desigualdades foram controladas, porém se observa que as diferenças de

rendimentos estão relacionadas, também, com as desigualdades educacionais, conforme dados levantados por Soares *et alii* (2002). No entanto, uma parcela não negligenciável dessas distâncias tem sua origem na discriminação racial gerada no próprio mercado de trabalho.

O estado de Mato Grosso, conforme Pereira e Müller (2005), apresenta um perfil demográfico de população ocupada onde 62% são afro-descendentes, o que representa um contingente de 757 mil trabalhadores. Essa participação de negros na população ocupada é superior à registrada para o país como um todo como também para a região Centro-Oeste.

Com relação à ascensão dos negros no Brasil o trabalho de Teixeira (2002) ressalta a importância da noção de projeto para entender a nível individual as atuações, explorações e opções, baseadas nas definições próprias da realidade. A autora mostra também, que negros e mestiços de classe social mais baixa obtêm sucesso no seu projeto de ascensão social com ingresso no ensino superior a partir das “redes” de relações que estabelecem, afetivamente, entre pessoas e famílias de diferentes níveis sociais para manterem seus projetos de ascensão.

No caso desta pesquisa, percebeu-se que não era diferente com alunos que procuram o ensino profissionalizante no CEFET-Cuiabá.

Ao trabalhar com jovens egressos do CEFET-Cuiabá deparei-me com a necessidade de uma definição do termo jovem levando em consideração as definições da Organização das Nações Unidas (ONU) que define como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos e a Organização Mundial de Saúde (OMS), instituição da ONU para a saúde, que entende que a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, que vai dos 10 aos 19 anos de idade, abrangendo a pré-adolescência (10 a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (15 a 19 anos). Já a juventude é considerada uma categoria sociológica que implica a preparação dos indivíduos para o exercício da vida adulta, compreendendo a faixa dos 15 aos 24 anos de idade.

A definição de jovem não se prende, então, apenas aos limites etários, mas também a questões conceituais denotando processos de naturezas distintas.

Nesta pesquisa, o termo jovem será usado de forma que compreenda que, para alguns, os que não têm direito a infância, a juventude começa mais cedo. Para outros, o aumento de expectativas de vida e as mudanças no mercado de trabalho alimentam hoje uma tendência mundial em alargar o tempo da juventude, como se observa em Carrano (2003):

Na sociedade contemporânea, de fato, ser jovem não apenas é uma condição biológica, mas uma maneira prioritária de definição cultural. A vida social se diferencia em âmbito de experiências múltiplas, cada uma das quais caracterizada por formas de relacionamento, linguagens e regras específicas e a experiência se apresenta mesmo como um fato e mais um fazer-se. É desta maneira que a

adolescência pode prolongar-se para além dos limites da idade, tornando-se uma espécie de nômades no tempo, no espaço e na cultura (CARRANO, 2003, p.30).

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi realizada por etapas. A primeira consistiu no levantamento das fichas de matrículas dos alunos com objetivo de fazer uma classificação de cor através das fotografias 3x4 encontradas nas pastas de cada aluno.

Nessa classificação foram levadas em consideração a cor da pele que os alunos apresentavam nas fotos e as características físicas, tais como formato dos lábios e de nariz e tipo de cabelo. Foram classificados de acordo com as categorias de cor do IBGE acrescido da categoria mulato, ficando assim classificados em: branco, preto, mulato, pardo, índio e amarelo.

A segunda parte se constitui nas entrevistas semi-estruturadas através das quais procurou compreender a trajetória profissional dos alunos e as condições que lhes possibilitaram a conquistar um espaço no mundo do trabalho.

A dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos, assim enumerados e intitulados:

O primeiro capítulo intitulado “Construindo o alicerce da pesquisa” procura contextualizar o ambiente da pesquisa; apresentar indicadores que evidenciam a situação da população negra na educação e no mercado de trabalho e faz, também, um recorte histórico sobre o “branqueamento” no Brasil.

O segundo capítulo “Um baú de informações” apresenta os dados levantados através das fichas encontradas nas pastas dos alunos, arquivadas na secretaria de Registros Escolares do Cefet-Cuiabá, através dos quais se desenvolveu uma metodologia de pesquisa embasada em Bogdan e Biklen (1994) e Becker (1999). Esse capítulo, também, apresenta uma classificação por cor dos sujeitos dessa pesquisa, onde se observa o quanto é difícil classificar uma pessoa usando o critério cor e bem como o uso do vocábulo “moreno” usado para se autoclassificar ou classificar alguém.

O terceiro capítulo “Identidade? Eu tenho” foi estruturado com base nas entrevistas feitas com treze alunos negros egressos do Cefet-Cuiabá, onde através de suas falas, procura analisar a questão da identidade e da discriminação vivenciada ou não por eles durante a trajetória profissional.

No quarto capítulo “Trajetória profissional: uma trilha marcada num mapa de cor” procura-se evidenciar as trajetórias profissionais desses egressos, analisando fatores como família, escola e mobilidade social que influenciaram para que pudessem traçar essa trajetória.

A pesquisa que ora se apresenta visa contribuir com outras que abordem a questão do negro na educação e principalmente no mercado de trabalho para que, juntas, possam contribuir para que políticas de ação afirmativas sejam implantadas no País.

CAPÍTULO I

CONSTRUINDO O ALICERCE DA PESQUISA

1.1 A educação agrícola no Brasil

O Brasil, desde o período de colonização, encontrou no setor agropecuário o grande alicerce para o amparo do seu desenvolvimento. Apesar de todas as benesses oferecidas pela grande extensão de terras férteis e produtivas, observa Marques (2005) que o país pouca ou nenhuma importância deu ao ensino agrícola. Foram necessários, segundo ele, mais de trezentos anos para que a primeira iniciativa concreta de criação de uma escola agrícola viesse contemplar a sociedade brasileira, ainda assim de modo bastante precário.

O surgimento das escolas agrícolas brasileiras passou por enormes dificuldades, seja pela falta de empenho político do governo federal e estadual, seja pela precariedade de recursos financeiros para manutenção das unidades escolares. Nota-se claramente que o governo brasileiro estava preocupado em explorar, primeiramente, todas as fontes extrativistas que o país possuía, para vender sua produção aos países industrializados, pois desfrutávamos de matéria-prima farta e barata. (MARQUES, 2005, p.28)

A partir da segunda metade do século XX, os dirigentes nacionais perceberam que o setor agropecuário precisava de um pouco mais de atenção, pois o país enfrentava dificuldades com a falta de tecnologia no campo.

Marques (2005) fala que o impulso necessário à criação de novas tecnologias para o setor agrário só surgiu a partir da criação das escolas e aprendizados agrícolas, assim como também pelas poucas universidades vocacionais para o ensino agropecuário.

Ele comenta, ainda, que o Estado de Mato Grosso foi beneficiado com a criação da Escola Agrícola e Pastoril, do Posto Zootécnico e do Campo de Demonstração, em 1913, instruídos e mantidos pelo governo estadual e pela criação e instalação, através do governo federal, do Aprendizado Agrícola “Gustavo Dutra”, em 14 de abril de 1943, hoje conhecido como Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá.

Procurando entender, então, como surgiu o Ensino Agrícola no Brasil e no estado de Mato Grosso faremos um traçado histórico neste capítulo da criação dessa modalidade de ensino.

Já no tempo do Império, o Príncipe Regente, Dom João, criou em 1812 na Bahia, através da Carta Régia de 25 de junho, um curso de agricultura com objetivo de instruir os habitantes da capitania em conhecimentos agrônômicos, para que pudessem cultivar as culturas já plantadas em outros países e que não prosperavam no Brasil.

Além desse curso Dom João já havia criado vários “hortos reais”, mais tarde chamado de jardins botânicos com objetivo de ensino, pesquisa e extensão. Apesar de todo esse esforço observa Castro (1977) que não se tem notícias do desempenho desses estabelecimentos, principalmente no que tange à formação de profissionais destinados à agricultura.

Em 1864 o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura cria um Asilo Agrícola com objetivo de acolher meninos órfãos. A partir de então, os presidentes de província passam a relatar, todos os anos, juntamente com os relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas os sucessos e as dificuldades de estabelecer, no país, o ensino agrícola. (LOBO, 1980, p.21-29)

Freitag (1986) lembra que o modelo agroexportador da agricultura nacional, baseado na monocultura latifundiária e no trabalho escravo “exigia um mínimo de qualificação e diversificação da força de trabalho”. Ela observa, ainda, que “não havia nenhuma função de reprodução da força de trabalho a ser preenchida pela escola”, pois as escolas existentes na época reproduziam, satisfatoriamente, as relações de dominação e a ideologia dominante, não se justificando, nessa medida, esforços para a criação de escolas agrícolas. (ibidem, p.47)

Conforme Marques (2005) além dessas razões apontadas, havia outras que corroboravam para distanciar o ensino agrícola dos brasileiros, pois o país possuía terras abundantes e agricultáveis, o que dispensava esforços especiais ou utilização de métodos e técnicas para o aumento da produtividade. Assim que uma área fértil se esgotava, preparava-se outra com derrubadas de árvores, utilizando fogo para a limpeza dos terrenos e semeavam novamente.

Esse autor comenta que o aparelho educacional do Estado brasileiro não dispunha de uma política específica para o setor agrário, que começou a ser delineada apenas no final do Império e início da República e o que existia até então estava no âmbito da sociedade civil, principalmente sob o domínio da igreja.

Através de documentos percebe-se que o ensino elementar agrícola foi esquecido num primeiro momento, pois a importância maior foi direcionada para o ensino agrícola superior. (ibidem, p. 30)

Através do Decreto nº 2.500A, de 1º de novembro, é criado o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura tendo como um de seus objetivos a criação de uma escola de agricultura na Bahia. A partir daí, vários outros foram instituídos em diversas províncias com objetivo semelhante, a exemplo o Instituto Pernambucano de Agricultura; o Instituto de Agricultura Sergipano; o Instituto Fluminense de Agricultura e o Instituto Rio-Grandense de Agricultura. (CAPDEVILLE, 1991 p.41-42)

Embora o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura tenha sido criado em 1859 e tivesse entre os seus principais objetivos a criação da Escola Agrícola da Bahia, a primeira do Brasil, só veio a ser inaugurada em 15 de fevereiro de 1877, em São Bento das Lages. (Ibidem, p.46)

O Governo Imperial segundo Marques (2005) não se dispôs a auxiliar o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, temendo que se abrisse precedente e outras províncias fizessem o mesmo pleito. Dadas as dificuldades financeiras enfrentadas pela escola soteropolitana, o seu desenvolvimento foi seriamente comprometido, tanto que em 1880 conseguiu diplomar sua primeira turma, composta de apenas 10 engenheiros agrônomos.

Segundo Lima (1961) o Governo Federal assumiu a escola quando através do Decreto nº 8.584, de 1º de março de 1911 cria em São Bento das Lages, no município da Villa de São Francisco, no Estado da Bahia, uma escola média ou theorico prática de agricultura e que no ano de 1916, esse mesmo governo Federal a transfere para a cidade de Pinheiral, no Rio de Janeiro incorporando-a à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. No local onde funcionava a extinta escola, sob responsabilidade do governo bahiano, foi erguido um aprendizado agrícola que teve sobrevida de apenas quatro anos. Em 1920, no mesmo local, essa escola foi novamente reaberta pelo governo bahiano, com o nome de Escola Agrícola da Bahia passando a diplomar engenheiros agrônomos em quatro anos de curso regular.

As dificuldades enfrentadas para a consolidação do Ensino Agrícola no Brasil segundo Marques (2005) revelam a ausência de uma vontade efetiva de prover a agricultura nacional de meios para o seu desenvolvimento e progresso, ou de condições que possibilitassem mudanças e transformações na base da sociedade brasileira, pois a primeira regulamentação do ensino agrícola no país só emergiu efetivamente em 1910, em todos os

seus graus e modalidades, através do Decreto Nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, no governo de Nilo Peçanha.

Nesse Decreto, o ensino agrícola era dividido da seguinte maneira: a) Ensino Superior; b) Ensino Médio ou Teórico-Prático; c) Ensino Prático; d) Aprendizado Agrícola; e) Ensino Primário Agrícola; f) Escolas Regionais de Agricultura; g) Escolas Domésticas Agrícolas; h) Cursos Ambulantes; i) Cursos Anexos com o Ensino Agrícola; j) Consultas Agrícolas e k) Conferências Agrícolas. O mesmo Decreto ainda destacava as instalações complementares e serviços necessários aos estabelecimentos de ensino para a oferta do ensino agrícola: a) Estações Complementares; b) Campos de Experiências e Demonstração; c) Fazendas Experimentais; d) Estações de Ensaio de Máquinas Agrícolas; e) Postos Zootécnicos e f) Postos Meteorológicos.

Com o Decreto Nº 23.979, de 8 de março de 1934 que estabeleceu condições para que a carreira agrícola se profissionalizasse e com o Decreto- Lei Nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 que estabeleceu a “Lei Orgânica do Ensino Agrícola”, equiparando o ensino agrícola aos demais ramos de ensino, inclusive com direito à transferência e ao acesso aos cursos superiores é que o ensino agrícola passou a integrar o sistema brasileiro de educação.

1.1.2 O aprendizado agrícola em Mato Grosso

Em 1909 o Governo Federal criou com apenas um decreto, 19 escolas de Aprendizes Artífices destinadas à preparação de mão-de-obra demandada pelo setor industrial que começava a despontar no país.

Marques (2005) em sua pesquisa comenta que não foi possível encontrar fontes que permitissem afirmar que o governo Federal tenha criado uma rede de Aprendizados Agrícolas com fim de impulsionar o desenvolvimento da agricultura no país.

As primeiras manifestações oficiais sobre os Aprendizados Agrícolas data de 1911, no governo do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, na abertura da 3ª sessão da 7ª legislatura, e nos traz o seguinte texto na mensagem:

Já se acham criadas a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, que terá sede na Capital da República, três escolas médias ou teórico-práticas, o Posto Zootécnico Federal, quatro aprendizados agrícolas, e uma estação experimental para cana-de-açúcar; acrescentando que além desses institutos, uns já estabelecidos, outros em via de organização, promove o Governo a criação de outros, animado do desejo de estender a todos os estados os benefícios do ensino técnico da agricultura e das indústrias rurais.

(INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1987, p.51)

O Governo mato-grossense também, nesse momento, tem a preocupação em dotar o estado de um Aprendizado Agrícola e de um Campo de Demonstração. Conforme se observa na mensagem dirigida à Assembléia Legislativa durante a instalação da 1ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura, em 13 de maio de 1912:

Já é tempo, Senhores Deputados, de cuidarmos ao menos de um Aprendizado Agrícola e de um Campo de Demonstração ainda que em proporções modestas e de accôrdo com os nossos poucos recursos, pois não podemos esperar progresso algum da nossa decadente agricultura si não tratarmos de diffundir pelo menos os rudimentos do ensino agrícola e se demonstrar praticamente as vantagens da cultura mechanica da terra e do emprego das machinas destinadas a colher e beneficiar os seus productos.

Este ensino, prática e experimentalmente administrado, não só habilitará os jovens mato-grossenses com os conhecimentos indispensáveis para a cultura do solo e para o exercicio de outras industrias e profissões ruraes, convencendo-os das conveniências e facilidades da utilização dos processos e instrumentos da cultura racional sobre o systema empirico e rotineiro, como despertar-lhes-á o gosto por esta nobre e rendosa industria, que encontra em nossas ubertosas terras e em nosso clima condições excellentes para fazer a independencia daquelles que souberem pratica-la de accôrdo com os novos methodos e concorrerá para assegurar a prosperidade economica do Estado. [...] Com o intuito de facilitar a fundação aqui de um instituto dessa natureza e poupar ao Estado maiores sacrificios, logo que assumi o Governo e por intermedio do Sr. Inspector Agrícola de então, mandei offerecer ao Sr. Ministro da Agricultura terreno apropriado e um auxilio de vinte contos de réis. Até hoje, porém, não tendo tido solução, entendo que devemos iniciar a sua installação, sendo provavel que mais tarde o Governo Federal se resolva a nos conceder algum auxilio, como aliás tem feito em relação a outros Estados, em alguns dos quaes essas creações se fizeram esclusivamente por conta da União, ou a tomar a seu cargo o respectivo custeio [...].

Quantos dos nossos compatricios, moços e velhos carregados de familia, por ahi andam a lutar contra a pobreza à procura de empregos publicos, que lhes deem o magro pão quotidiano e para cujo exercicio nem sempre estão

habilitados e nos quaes, quando conseguem collocação a custo de pedidos e empenhos, moirejam por algum tempo com a vida cheia de privações, sem fazer reserva alguma, inutilizando se para qualquer outra profissão, até que, um dia, voltem à mesma situação precaria de onde partiram, às vezes já velhos e alquebrados, à espera de nova collocação ou indo defenitivamente entregar-se aos braços da indigencia. Entretanto, si tivessem a consciencia esclarecida de que a terra, quando bem amanhada, é mãe generosa que prodigamente restitue em abundantes messes as bôas sementes que por mãos peritas lhe são lançadas aos seios fecundos, para ella correriam de preferencia em busca do amparo e da abastança para si e para sua familia, convencidos de que cada arvore frutifera que plantassem, e muitas são as que entre nós podem sel-o com vantagem, iria augmentar-lhes o patrimonio e seria como nova pedra adduzida aos alicerces da sua futura independencia econômica. (MATO GROSSO, 1912, p. 2)

Observa-se nessa mensagem a preocupação do presidente do Estado com as terras mato-grossenses, com a necessidade de instruir a população jovem e de buscar a prosperidade para o Estado.

No ano de 1914, em nova mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, o Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, presidente do Estado de Mato Grosso, confirma a criação, através da Resolução N° 625, de 21 de junho de 1913, da Escola Agrícola e pastoril e de um Posto Zootécnico. Nessa mensagem fica claro que a parceria desejada pelo governo do Estado com a União não se concretizou, pois todos os encargos para o funcionamento da escola ficaram a cargo do governo do Estado, exceto algumas máquinas cedidas pela Inspeção Agrícola, as quais serviram para fazer frente aos trabalhos iniciais do Campo de Demonstração. (MATO GROSSO, 1914, p.35)

Mato Grosso volta a figurar no campo educacional agrícola em 1943. Nesse ano, mais precisamente no dia 14 de abril de 1943, através do Decreto-Lei N° 5.409, o Governo Federal cria, no local denominado São Vicente, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, um aprendizado Agrícola subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

Segundo Marques (2005) o ensino ministrado, não só no Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, mas em todos os demais no país, era destinados aos menores desvalidos, aqueles que careciam de escolas, pois as famílias não dispunham de condições financeiras para ampará-los em uma unidade escolar. Ele observa, ainda, que os menores, na faixa etária

de 10 a 16 anos, não podiam ser delinqüentes e nem portadores de doenças contagiosas ou, ainda, que tivessem alguma deficiência física que os impossibilitassem de praticar os serviços agrícolas ou da indústria rural.

O CEFET Cuiabá, ainda hoje, continua recebendo alunos oriundos de classes menos favorecidas economicamente, e através de um projeto de isenção de taxas de alimentação os ajuda a se manterem na escola e concluírem seus estudos.

Uma outra observação a ser feita é que dois alunos portadores de necessidades especiais já concluíram cursos técnicos oferecidos pela instituição o que segundo Marques (2005) não se era possível ver no início do aprendizado agrícola.

1.1.3 Do Aprendizado Agrícola ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá



Arquivo do CEFET Cuiabá



Arquivo do CEFET Cuiabá

Neste momento, procurar-se-á traçar uma linha histórica desde o surgimento do Aprendizado Agrícola de Mato Grosso até sua transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá. Para esse procedimento lançamos mão dos documentos depositados no arquivo da Instituição e recorreremos, também, ao trabalho de dissertação de mestrado do professor Abimael Antunes Marques.

Com relação ao arquivo, verificamos estar, hoje, esse acervo bastante diminuto e em estado precário de conservação.

O histórico do ensino profissionalizante oferecido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá – Mato Grosso, localizada na vila de São Vicente da Serra que fica a 80km da capital do estado de Mato Grosso, na BR 364, km 329 teve início em 13 de junho de 1939 quando o então ministro da agricultura, Fernando Costa, solicita a seus assessores que preparem um expediente sobre a construção de um Aprendizado Agrícola em Mato Grosso. O aprendizado deveria ser localizado no Município de Santo Antônio do Rio Abaixo, em terras que seriam doadas pelo estado de Mato Grosso.

As terras foram doadas pelo interventor Federal Júlio Müller que enviou ao ministro Fernando Costa o traslado de escritura pública de doação, feita pelo estado de Mato Grosso,

de uma área de cinco mil hectares. Em 04 de junho de 1939, Getúlio Vargas autorizou a construção do Aprendizado Agrícola e três anos mais tarde, em 22 de janeiro de 1947, através do Decreto Nº 22.506, Eurico Gaspar Dutra, o então Presidente da República, transforma o Aprendizado Agrícola em Escola de Iniciação Agrícola. Já no ano de 1956, o Presidente Juscelino Kubitschek, através do Decreto Nº 40.268, altera novamente a denominação do estabelecimento para Escola Agrícola “Gustavo Dutra”, vindo, no ano de 1964, denominar-se Colégio Agrícola “Gustavo Dutra”. Através do professor J.Torquato Jardim, do Departamento de Ensino Médio do MEC, foi autorizado o funcionamento do curso Técnico em Agropecuária através da portaria Nº 21, de 21 de março de 1978.

Em 1979 o presidente João Figueiredo transforma, através do Decreto Nº 83.935, o Ginásio Agrícola em Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá – MT e em 16 de agosto de 2002, o então, Presidente Fernando Henrique Cardoso, através de Decreto, transforma a Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá-MT em Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá que proporciona, hoje, à sociedade Mato-Grossense o ensino médio concomitante com o ensino profissionalizante de nível técnico na área de Técnico Agrícola com habilitações em Agricultura, Agroindústria, Zootecnia e Informática; o curso Técnico em Agropecuária de forma integrado com o ensino médio, e oferece, também, curso de graduação nas áreas de Tecnologia sendo: Tecnologia de Alimentos, Tecnologia em Zootecnia e Tecnologia em Agricultura Sustentável atendendo, assim, alunos oriundos dos mais diferentes municípios de Mato Grosso e de Estados vizinhos.

O CEFET- Cuiabá é uma escola-fazenda que possui 5.000 hectares de terra em toda a sua extensão, sua sede se localiza na zona rural do município de Santo Antônio do Leverger, mas devido ao seu tamanho suas terras fazem parte dos municípios de Cuiabá, Jaciara e Campo Verde.

Cerca de 1.000 (mil) alunos por ano tem acesso à educação no CEFET-Cuiabá, sendo por meio permanente ou via cursos temporários, desses, segundo o censo escolar 2004, 21% são do sexo feminino.

Hoje já se observa um número maior de alunas freqüentando os cursos oferecidos pelo CEFET, cerca de 35% e para ajudar que essas alunas continuem no curso foi criado no ano de 2006 o sistema de internato para garotas menores de 18 anos, totalizando hoje em 13 alunas residentes.

E também no ano de 2006 o curso técnico em informática passou a funcionar no município de Campo Verde em parceria com a prefeitura, recebendo por ano 70 alunos.

1.2 Desigualdades: uma questão de cor

Trabalhar as desigualdades raciais nos diversos segmentos da sociedade brasileira nos leva a refletir sobre a relevância que essa questão tem para o campo da pesquisa e para que providências sejam tomadas pelos que comandam as leis no Brasil.

Nesta pesquisa serão salientados apenas dois aspectos onde essas desigualdades aparecem primeiro na educação, em específico no ensino médio e segundo no mercado de trabalho.

1.2.1 Uma educação de cor

O princípio da profissionalização no Ensino Médio foi introduzido com a reforma de 1971, tornando-se obrigatória, assim, os alunos cursavam o nível médio e o profissional no mesmo curso. Essa organização do ensino revelou-se ineficiente, pois os alunos estavam saindo despreparados das escolas tanto para a vida em sociedade, como para o mercado de trabalho.

Com a LDB de 1996, o Ensino Médio oferece a formação geral e a Educação Profissional oferece a formação específica em unidades de ensino descentralizadas ou integral como acontece nas Escolas técnicas e Agrotécnicas, hoje muitas delas denominadas de Centro Federal de Educação Tecnológica. Tanto um quanto outro têm entre seus objetivos a intenção de capacitar os jovens para a aprendizagem permanente e a construção da cidadania.

Esse nível de ensino teve uma ampliação de 84% no número de matrículas, entre 1994 e 2003, de acordo com os registros do MEC. Entretanto, isto ainda não contemplou a demanda. No censo realizado pelo IBGE, em 2001, somavam-se 10 milhões os jovens na faixa etária entre 15 e 17 anos. Destes 4 milhões estavam cursando o Ensino Médio. Isto é, apenas 40% dos jovens desta idade estavam nas séries consideradas ideal para idade, 1 milhão deles estavam cursando o Ensino Fundamental ou cursos profissionalizantes, enquanto os 5 milhões de jovens restantes, estavam fora das salas de aulas.

O acesso, permanência e conclusão de um nível educacional mais elevado, para os jovens negros, mesmo que seja o Ensino Médio, é avaliado como uma perspectiva de mobilidade social, conforme Pinto (1987, p.25-26) e percebemos isso nas falas dos alunos

entrevistados, embora a autora chame atenção para o fato de que as conseqüências da escolarização para a população negra e branca não alcançam os mesmos níveis de benefícios.

Motivo pelo qual a gente faz o segundo grau e já o curso técnico, um curso profissionalizante que vai capacitar a gente a entrar no mercado de trabalho, já com apenas com o segundo grau (E.L.A.).

... o curso técnico dá oportunidade da gente já ter um emprego mais rápido, uma garantia de emprego (A. F.G.).

A grande maioria dos estudos sobre a educação do negro no Brasil está voltada para os alunos do ensino fundamental. Existem, também, alguns sobre o ensino superior como Guimarães (2002), Teixeira (2003), os Censos da UFF e UFMT, porém quando se referem aos alunos do ensino médio, os estudos estão relacionados com questões pedagógicas e das reformas que o ensino médio sofreu e vem sofrendo, a exemplo temos os trabalhos de Kuenzer (2001), Frigotto & Ciavolta (2004) e só temos notícia de um estudo que investigou trajetórias escolares de jovens negros em um município de Mato Grosso, por Jesus (2005).

Percebe-se, assim, o quanto se tem para pesquisar sobre essa classe intermediária de formação, o ensino médio, onde se concentra um grande número de estudantes do nosso país, principalmente em relação às desigualdades encontradas na educação.

As desigualdades raciais na educação podem ser observadas através da análise dos dados fornecidos pelo IBGE/2002 e pelo INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, ligado ao MEC.

Ao analisar esses dados, vemos um processo de branqueamento existente no sistema educacional brasileiro, pois à medida que aumenta o nível escolar, diminui o índice de alunos negros. De acordo com os estudos realizados pelo INEP/MEC, com base em pesquisa do IBGE, de 2002, onde os negros representam 53,2% do total de alunos do ensino fundamental para 46,4% de brancos. No ensino médio a proporção de alunos negros baixa para 43,9%; no ensino superior é de 23,1% e na pós-graduação, o índice cai para 17,6%, enquanto que para brancos e asiáticos, os índices vão sendo ampliados nas etapas superiores de escolarização.

Dados verificados através do SAEB/2002 apontam que o número de alunos negros na 3ª série do ensino médio representa a metade do número de alunos registrados na 1ª série do ensino fundamental, onde se percebe que o processo de exclusão escolar vai aumentando para os alunos negros, conforme aumenta o grau de escolarização. Por outro lado, o registro dos alunos brancos tem seus índices aumentados quando se inicia a análise partindo do ensino fundamental seguindo para o ensino superior. Observa-se que na 4ª série do ensino

fundamental, 12% dos alunos se declaram negros, já na 8ª série esse percentual cai para 8% e na 3ª série do ensino médio são apenas 6% dos estudantes. Em contrapartida, temos o registro de 44% dos alunos da 4ª série do ensino fundamental como sendo brancos, aumentando seu índice para 46% e 54%, respectivamente, na 8ª série do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio.

Em Mato Grosso, percebeu-se que a média de escolaridade da população mato-grossense é de apenas 5,7 anos de estudo, sendo que para os brancos é da ordem de 6,7 anos de estudo, enquanto que para negros, é de 4,7. E analisando os dados da PNAD de 2001 percebeu-se que essa diferença de dois anos entre os dois segmentos tem se mantido ao longo do tempo.

Esses dados nos levam a perceber o quanto é grande a desigualdade racial vivenciado pela população negra em nosso país. A diferença de escolaridade das populações branca e negra de certa forma interfere na trajetória profissional e na vida social, onde percebemos ao longo do processo histórico do nosso país os altos índices de exclusão que são impostos principalmente à população negra.

1.2.2 O cenário racial do mercado de trabalho

O panorama mundial, no que diz respeito especificamente ao mercado de trabalho, vem sofrendo alterações marcantes referentes à reestruturação do processo produtivo, novos modelos de gestão e organização empresarial.

E mesmo com essas mudanças ocorrendo no ambiente do trabalho percebe-se em estudos como de Hasembalg (1979); Porcaro e Araújo (1988); Rosemberg (1987); Castro e Barreto(1998) e Bento(2000) que o mercado de trabalho é onde os diferenciais de desigualdades entre brancos e negros são mais dramáticos.

No ano de 1994 através de trabalho encomendado pelo IBASE ao IBGE¹ vem reafirmar as disparidades entre a situação de negros e brancos no trabalho com especial atenção as mulheres negras que em algumas regiões do País chegavam a receber 1/3 do salário mínimo.

Já no ano de 1999 surge um novo Mapa do Negro no Mercado de Trabalho Brasileiro, agora fazendo parte de um projeto com o CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades).

¹ O Mapa do Mercado de Trabalho. Rio de Janeiro, n°1, 1994.

Nesse Mapa encontram informações que demonstram uma situação de desigualdade entre trabalhadores negros e brancos das seis regiões metropolitanas: São Paulo; Belo Horizonte; Porto Alegre; Distrito Federal; Recife e Salvador.

Os resultados em nível nacional demonstram que a discriminação racial é um fato presente no cotidiano brasileiro, interferindo em todos os espaços do mercado de trabalho brasileiro e o que nos deixa mais alarmados é que vendo pesquisas mais recentes percebe-se que os dados não têm sofrido alterações e como observam Bento e Dias (2001) “essa situação vem ganhando espaço nas discussões há mais de 20 anos quando os Institutos de pesquisa começaram fazer o corte racial” (p.24).

Os dados do DIESSE, IPEA; PED têm revelado que crianças e jovens negros têm começado a trabalhar mais cedo, e nele permanecem por mais tempo.

No que se refere à remuneração, o rendimento médio do trabalhador branco é mais do que o dobro do rendimento médio do negro.

As taxas de desemprego para as regiões pesquisadas são sempre significativamente mais altas para os negros e esses se encontram em maior número em ocupações não qualificadas nas atividades de execução e nas atividades de apoio em serviços gerais.

Esse quadro indica uma situação desfavorável para a obtenção de trabalho enfrentada pela população negra, sobretudo em um ambiente de baixo crescimento econômico, como o ocorrido entre 1998 e 2003. Em 2004, embora as taxas de desemprego venham caindo em relação a 2003, não se observou melhora substancial na situação dos negros.

Alguns pesquisadores como Jaccoud e Beghin (2001) apontam que essas diferenças são provenientes das diferenças de escolaridade entre brancos e negros. Todavia o que se percebe nas pesquisas é que mesmo quando se leva esse fator em consideração, a situação continua desfavorável aos negros. Em todas as capitais pesquisadas, os diferenciais de rendimentos entre negros e brancos aumentam à medida que aumenta a escolaridade.

Com menor escolaridade e maior presença dos negros em famílias de baixa renda resultam em uma combinação desfavorável para parte dessa população: a situação de pobreza das famílias chefiadas por negros acaba por interferir na vida escolar dos seus membros, que, muitas vezes, são obrigados a deixar os estudos mais cedo para buscar uma colocação no mercado de trabalho ou tentar conciliar estudo e trabalho.

Neste quadro, independentemente do nível de instrução alcançado ou região pesquisada, os ganhos dos trabalhadores negros são sistematicamente menores do que os recebidos pelos brancos do mesmo sexo. O exame da desigualdade dos rendimentos entre pessoas negras e brancas demonstra ainda que, entre os ocupados de menor escolaridade, os

ganhos do trabalho tendem a ser mais próximo. Ao contrário, conforme se amplia o grau de instrução, elevam-se às diferenças entre os rendimentos pagos para negros e brancos.

O cenário que as pesquisas nos revela tem afetado negativamente o trabalhador brasileiro como um todo, porém com mais intensidade e amplitude o trabalhador negro que já vem sofrendo perdas desde sua chegada no Brasil.

De acordo com Henriques (2001), a tendência evidenciada ao longo da década para os valores absolutos e relativos dos indicadores de tamanho do mercado de trabalho nos indica as diferenças na qualidade das condições de vida de cada raça associadas às condições de acesso ao mercado de trabalho. Em 1999, a taxa de participação média da população negra é pouco superior à da população branca. No entanto, ao longo do período, há uma redução em ambas as taxas de participação, com a perda relativa na taxa de participação dos negros maior do que a perda dos brancos. Essa distribuição das perdas ao longo do tempo reduz as diferenças raciais, beneficiando os brancos a partir de uma trajetória de relativa convergência dos brancos em direção aos negros.

1.2.3 A cor no mercado de trabalho em Mato Grosso

O Estado de Mato Grosso é considerado o terceiro estado brasileiro em dimensão territorial, representando 10,55% do território nacional; a capital Cuiabá – localiza-se no centro geodésico da América do Sul e é também portal da Amazônia.

Os principais segmentos de destaque da economia do Estado de Mato Grosso são: a agropecuária, o setor madeireiro, a construção civil, a mineração, o comércio, a agroindústria e o turismo.

Nesse Estado, a economia se caracteriza exportadora de matérias-primas, pouco diversificada e com baixo nível de beneficiamento e industrialização. Hoje sendo um dos maiores estados exportadores do país em produção primária tenta adensar as suas características produtivas para gerar mais empregos como forma de equilibrar o processo de desenvolvimento do Estado, criando assim um mercado interno forte, fator preponderante para o seu crescimento.

A vocação agropecuária é outra característica desse estado que chama a atenção, pois a diversidade do solo e a topografia privilegiada permitem a exploração de sua área pela pecuária de animais de grande porte e pequeno porte, e pelas produções de soja, milho, arroz,

feijão, etc. O estado de Mato Grosso é o primeiro produtor brasileiro em grãos e responde também pela maior produção de calcário do país.

O Estado dispendo de um enorme potencial agropecuário, mineral, florestal e turístico, que constituem indicadores de possibilidades de expansão e diversificação das atividades produtivas, justifica a presença do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá que inserido numa extensa área de expansão agropecuária seja uma opção educacional estratégica para promover e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos para o desenvolvimento sustentável das comunidades e dos segmentos agropecuários do Estado de Mato Grosso.

Dentro dessa vasta área de terra é que está o meu objeto de estudo inserido num mercado de trabalho que segundo estudos de Pereira e Müller (2005) indicam que o perfil da população ocupada em Mato Grosso reflete o perfil demográfico encontrado para o Estado, isto é, 62% dos ocupados são afro-descendentes, o que representa um contingente de 757 mil trabalhadores. Essa participação de negros na população ocupada é superior à registrada para o país como um todo como também para a região Centro-Oeste.

E quando se desagregam os dados por raça, constatam mais uma vez a desigualdade racial em Mato Grosso. Dos 481 mil trabalhadores ocupados em postos de trabalho precários, cerca de 66% são negros. O índice de precariedade pelo lado da demanda para os negros é de 0,42, isto é, de cada 100 negros 42 estão em empregos de baixa qualidade, enquanto para os brancos este índice é de 0,35, inferior à média do estado.

As melhores vagas ofertadas no mercado segundo as autoras são ocupadas por trabalhadores brancos, e os postos de trabalho de menor renda, produtividade, e de baixo status social e ocupacional (emprego doméstico, vendedores ambulantes, etc...) são ocupados majoritariamente pelos negros. Tal evidência, no entanto, não permite afirmar que o mercado de trabalho é racista, pois a posição desfavorável dos negros pode estar refletindo a sua baixa escolaridade e qualificação. A elevada diferença educacional entre negros e brancos ocupados, em torno de 2 anos, pode estar contribuindo em grande medida para a inserção desfavorável do negro no mercado de trabalho.

A conclusão revelada pelos dados da PNAD, segundo elas, é que em Mato Grosso, assim como no Brasil e na região Centro-Oeste, há uma relação perversa entre inserção no mercado de trabalho e raça, pois se observa um enegrecimento social da pirâmide ocupacional à medida que se aproxima da base, onde estão situados os postos de trabalho mais precários, seja do ponto de vista da demanda como da oferta de mão-de-obra. Por outro lado, há um

evidente embranquecimento do topo da pirâmide, onde estão concentrados os empregos com maior produtividade, proteção trabalhista, enfim, empregos de qualidade.

Em Mato Grosso, no ano de 2001, os brancos ganhavam em média 70% a mais que os negros. Em termos monetários, isto significa que enquanto um trabalhador da raça branca ganha em média R\$ 821,46, um trabalhador negro ganha em média R\$ 471,30.

Ressalta-se que Mato Grosso apresenta desigualdade salarial entre brancos e negros inferior à registrada para a média do país. Dados do IBGE revelam que o hiato salarial bruto entre brancos e negros no Brasil é de 100%, ou seja, um branco ganha em média duas vezes mais que o negro, enquanto em Mato Grosso este diferencial é 70%.

O mercado de trabalho em Mato Grosso é mais intensamente discriminador que a média do país e da região Centro-Oeste com os trabalhadores negros de baixa escolaridade (até 4 anos de estudo). Com efeito, o diferencial salarial entre brancos e negros com até 4 anos de estudo é de 70% enquanto no Brasil este diferencial cai para 50% e 40% para a região Centro-Oeste.

Outro fato importante observado pelas autoras e que revela uma especificidade do mercado de trabalho mato-grossense é a relação inversa entre escolaridade e discriminação salarial, ou seja, a medida em que aumenta a escolaridade observa-se uma forte tendência de redução da desigualdade salarial entre brancos e negros que passa de 70% para aqueles com até quatro anos de estudo para 20% entre os trabalhadores brancos e negros com doze anos ou mais de estudo (nível superior). Essa tendência não é observada para o resto do país, cujo grau de desigualdade entre os distintos níveis educacionais se mantém constante.

CAPÍTULO II

UM BAÚ DE INFORMAÇÕES

(...) Gente da Bahia!
Preta, parda, roxa, morena
Cor de bons jacarandás de engenho
Do Brasil...
Bahia ardendo de cores quentes...
Bahia, Gilberto Freyre.

2.1 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa nasceu da necessidade de entender como se dá a trajetória profissional de jovens negros egressos do Cefet-Cuiabá. As questões de pesquisa procuram responder: Quais as barreiras que se antepõem a esses jovens para o exercício da profissão? Qual o meio de acesso para os jovens na carreira profissional?

A pesquisa teve como objeto de estudo alunos negros egressos do Centro Federal de Educação tecnológica de Cuiabá – MT do período de 1995 a 1999, pois nesse período eu já participava da formação desses egressos como professor efetivo da Instituição e como Coordenador de Assistência ao Educando.

O CEFET-Cuiabá vem, desde 1947, formando técnicos agrícolas para atuarem em áreas diversas como: pecuária, agricultura, indústrias rurais, pequenas propriedades, comércio de produtos agropecuários etc.

Este trabalho de pesquisa orientou-se pela abordagem qualitativa, pois segundo Bogdan e Biklen (1994) a abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a idéia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer um a compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo.

Os mesmos autores colocam ainda que os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências do ponto de vista do informador. O processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dados estes não serem abordados por aqueles de uma forma neutra.

Para essa pesquisa, utilizou-se como técnica para coleta de dados análise das fichas de matrícula dos alunos arquivadas no Setor de Registros Escolares do CEFET-Cuaibá, levando em consideração o período a ser estudado, ou seja, de 1995 a 1999. Nessas fichas encontramos: cópia do histórico escolar do ensino fundamental, foto 3x4, cópia da certidão de nascimento, (em algumas pastas); cópias de documentos pessoais como RG e CPF, mas não em todas as pastas; um questionário com dados dos pais apenas para as turmas de 1995 e 1996 onde era possível saber a profissão dos responsáveis, mas esses dados não foram levados em consideração porque faltariam informações das outras turmas para que o estudo ficasse completo e relevante, optou-se, então, levantá-los apenas com os alunos que seriam entrevistados.

Foram analisadas 425 (quatrocentas e vinte e cinco) fichas de alunos egressos do curso técnico agrícola distribuídos de acordo com os anos de conclusão do curso sendo 1995, 1996, 1997 e 1999. Essa análise se pautou na classificação de cor e ao tipo de escola onde realizaram o ensino fundamental

Observou-se que no ano de 1998 não teve alunos concluintes do curso, pois descobrimos que os alunos que ingressaram no ano de 1996 entraram num outro sistema de grade, ou seja, um outro projeto pedagógico. Nesse novo sistema os alunos passariam por um período de 06 meses de nivelamento, chamado de pre-técnico e depois começariam o ensino médio, nos chamou atenção o fato de que o curso técnico passou a ser chamado de Técnico Agrícola com Habilitações em Zootecnia, Agricultura e Agroindústria, o que antes era Técnico em Agropecuária.

Um outro fator foi que apenas no término do 1º ano é que os alunos escolheriam uma das três habilitações, mas para isso seria levada em consideração a nota obtida naquele ano, explicando melhor, os alunos escolheriam a habilitação, mas só de fato ficaria com ela quem tivesse maior nota ou se houvesse vaga.

Não abordaremos nesta pesquisa as modificações ocorridas na grade curricular do curso por acreditar que não interfere no objeto a ser estudado, pois os egressos dessa nova estrutura continuam recebendo o certificado de Técnicos em Agropecuária e a trajetória profissional acaba sendo igual aos dos outros egressos antes da nova estrutura curricular.

Para atender os objetivos da pesquisa foi realizada uma classificação dos alunos através da cor da pele, observando as fotografias 3x4 que estavam na ficha de matrícula dos alunos, procedendo como Teixeira (2003), utilizando as categorias de cor oficiais do IBGE como base (branca, amarela, preta, parda e indígena) - e a esse grupo acrescentamos uma outra categoria intermediária “mulatos”, que, segundo Teixeira, possibilitariam “ampliação do debate” (p.36). Para ela, é exatamente esse grupo “mulato” que talvez “represente o maior problema de uma classificação racial no Brasil” (p.36). Assim, utilizamos pardos e mulatos, seguindo um critério de gradação de cor, em que os primeiros seriam mais claros e os segundos mais escuros.

Para a classificação, levou-se em consideração a cor da pele que apresentavam nas fotos, bem como traços e formatos dos olhos, lábios e nariz e o tipo de cabelo, pois conforme Oliveira (1999) “é a tais características físicas que são atribuídos significados sociais, dando origem ao estigma que é a fonte de discriminação” (p.48).

Em consonância também com Teixeira (1986) que observa que o fato dos indivíduos se encontrarem classificados por sua cor de pele e demais características físicas a ela vinculadas sugere a forma como podem ser socialmente caracterizados e Schwarcz (1999) a qual ressalta que o resultado da indeterminação nas distinções raciais faz com que o fenótipo, ou, melhor, certos traços físicos como o formato, o tipo de cabelo e a coloração de pele se transformem nas principais variáveis de discriminação.

Oracy Nogueira (1985) aponta que a marca principal que permite a identificação das potenciais sujeitos de preconceito é a cor, para a qual existe uma espécie de escala de gradação que vai do estritamente branco (o nível ideal) ao completamente preto.

E é dentro dessa escala, dessa gradação de cor que está o nosso objeto de pesquisa pardos, mulatos e pretos e que no decorrer da pesquisa as referências a negros significará alunos não brancos, abrangendo as categorias pretas, mulatas e pardas.

Tendo feito uma classificação com os embasamentos acima foi possível chegar ao seguinte quadro:

Tabela 01 - Distribuição dos alunos por cor e ano de formatura.

Categorias de cor	1995	1996	1997	1999
Amarela	01	02	01	01
Branca	50	60	52	53
Mulata	10	10	10	05
Parda	42	29	45	29
Preta	08	08	04	03
Índio	01	01	---	---
Total	112	110	112	91

Observa-se na tabela 01 uma parcela pouco representativa dos alunos negros onde em um universo de 425 alunos apenas 23 alunos foram classificados como pretos, já na categoria mulato tivemos 35 alunos e pardos 145 e brancos 215, o que vem somar com o que as pesquisas têm demonstrado.

Segundo Jaccoud & Beghin (2002) verificaram que no acesso ao ensino médio a ocorrência de desigualdade entre negros e brancos aumentou, “apesar da população negra de 15 a 17 anos ter quase triplicado seu ingresso no ensino médio, a distância aumentou de 18 para 26 pontos”.

Segundo Jesus (2005), hoje, no Brasil, os jovens que atingirem o nível de escolarização do Ensino Médio estão sendo considerados como uma grande vitória, pois entre os alunos negros, poucos são os que conseguem superar essa barreira e chegar à universidade.

Dados do Censo Escolar da Educação Básica 2005 revelam que os estudantes auto-declarados pardos representam 36,9% do total de 19.828.489 matrículas registradas em escolas estaduais de ensino fundamental e médio. Já os que se consideram brancos são 33,8%; e os pretos 8%; os amarelos 1,1%; os indígenas 0,8% e aqueles que não declararam sua raça/cor 19,3%.

Esse mesmo censo apresenta dados que apontam os estudantes declarados pardos como maioria 40,5% nas matrículas das escolas públicas de ensino fundamental e médio.

E em se tratando de Escolas Federais o censo mostra que 50,7% dos 94.379 estudantes matriculados não declararam sua raça/cor durante a coleta das informações para o Censo Escolar da Educação Básica 2005. Os alunos que se auto-declararam brancos representaram 25,6% do total de matrículas registrado e os pardos 18,5%. Já os amarelos respondem por 0,8% das vagas ocupadas e os indígenas por 0,5%.

Os dados observados no Censo Escolar de 2005 deixam claro que a escola pública ainda é a via de acesso ao ensino mais procurada pelos alunos negros.

Ainda como técnica para coleta dos dados foi realizada uma entrevista, tendo como procedimento metodológico para essas entrevistas a “história oral” através da técnica de “história de vida”.

Thompson (1992) ao discutir os aspectos metodológicos da história oral, destaca que ela propicia a obtenção de dados semelhantes à autobiografia publicada, porém com maior dimensão, baseada em “uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação do relato tido como verdadeiro”, no qual os depoentes podem ser escolhidos entre as pessoas mais humildes, desprivilegiados ou derrotados. (p.26)

O autor enfatiza, ainda, que a abordagem oral trata de vidas individuais, baseadas na fala, não na habilidade da escrita que é exigente e restrita. O autor chama a atenção para a importância da utilização do gravador, visto que esse permite não só que a história seja registrada em palavras faladas, mas que também seja apresentada por meio delas. “As palavras podem ser transmitidas de maneira indiosincrática, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história”. (p.40)

Definido o método a ser utilizado, elaborou-se um roteiro de entrevistas a partir dos seguintes eixos: escolha do curso técnico, trajetória profissional, identidade e discriminação. As perguntas que compunham o roteiro eram abertas, permitindo o surgimento de outras questões ao longo das entrevistas. As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2006

Segundo Bogdan & Biklen (1994), a entrevista é utilizada para recolher dados descritos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo, acrescenta, ainda, que mesmo utilizando um guião as entrevistas qualitativas oferecem ao entrevistador uma amplitude de temas considerável, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferecem ao sujeito a oportunidade de moldar o seu conteúdo.

As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2006 e não foram realizadas com todos os alunos segundo as fichas levantadas. Para escolher os entrevistados optou-se por aqueles que estavam atuando em cidades próximas que facilitassem o encontro com o pesquisador, foram feitos contatos via telefone e e-mail e os encontros eram marcados no CEFET, ou nas casas dos sujeitos e/ou na residência do pesquisador, visando atender os objetivos propostos para a pesquisa. Apenas um aluno teve que se deslocar de muito longe para dar a entrevista, mas como ele estava em período de férias e estaria no município de Jaciara foi possível entrevistá-lo.

Tendo feito esses contatos chegou-se ao número de 13 sujeitos com os seguintes perfis:

Perfil dos alunos entrevistados

- **F.R.A.C.** 25 anos médico veterinário. Trabalha na propriedade da família no município de Pedra Preta – MT. Foi classificado como pardo.

- **C.L.E.S.** 27 anos, estudante da Universidade Estadual de Mato Grosso faz um curso superior voltado para Agroecologia. Foi classificada como mulata.
- **M.L.M.** 31 anos, Bióloga. Trabalha com projetos de Educação Ambiental na propriedade da família. Foi classificada como preta.
- **E.L.A.** 25 anos, concluinte do Curso de tecnologia em Agricultura Sustentável do CEFET Cuiabá. Desenvolve um projeto de mudas nativas dentro de uma empresa incubada na Incubadora de Empresas ATIVA do CEFET Cuiabá. Foi classificado como pardo.
- **A.A.E.P.** 26 anos, faz o curso de biologia em uma faculdade particular de Várzea Grande MT. Trabalha na própria propriedade em um assentamento rural. Foi classificada como mulata.
- **L.R.T.** 27 anos, formando nos cursos técnicos agrícola e de informática oferecidos pelo CEFET Cuiabá. Atualmente trabalha como prestador de serviço da Associação de Pais e Mestres do CEFET Cuiabá na área de informática. Foi classificado como preto.
- **O.S.** 28 anos. Formado em Licenciatura em Ciências Agrícolas e Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Trabalha como agrônomo no município de Confresa- MT. Foi classificado como preto.
- **E.S.M.** 27 anos, técnico Agrícola. Trabalha com algodão no município de Campo Verde. Foi classificado como mulato.
- **G.O.T.** 25 anos, concluinte do curso de Tecnologia em Agricultura Sustentável do CEFET Cuiabá. Desenvolve projetos de mudas nativas em empresa incubada na Incubadora de Empresas ATIVA do CEFET Cuiabá. Foi classificado como preto.
- **B.D.G.** 26 anos, Técnico Agrícola. Trabalha num Hotel Fazenda no município de Barão de Melgaço - MT. Foi classificado como preto.

- **A.F.G.** 27 anos, Técnico Agrícola. Trabalha como motorista de transporte urbano no município de Cuiabá. Foi classificado como preto.
- **M.S.S.** 28 anos, Técnico Agrícola. Funcionário público do município de Juscimeira – MT. Foi classificado como mulato.
- **E.P.M.** 26 anos. Técnico Agrícola. Funcionário de uma Empresa de Bebidas no município de Cuiabá. Foi classificado como pardo.

Nesta pesquisa foram ouvidos, também, professores e a funcionária responsável pelo setor de Relação Escola – Empresa que faz o encaminhamento para estágio e empregos dos alunos do CEFET Cuiabá.

Souza (2001) comenta que a escola é um lócus privilegiado para a emergência de embates que envolvem a problemática racial, pois nela se encontram crianças e adolescentes pertencentes a diferentes grupos fenóticos.

Apesar da pesquisa não ter como foco as relações existentes no interior da escola foram selecionados 04 professores da área técnica, ou seja, responsáveis pela formação profissional dos alunos e que sempre, quando solicitado, ajudam o setor de Relação Escola - Empresa a indicar algum aluno(a) para estágio e/ou emprego.

As falas desses profissionais aparecerão no decorrer do trabalho, dando a visão dos responsáveis pela formação profissional desses egressos.

Dessa representação chegamos ao seguinte quadro:

Tabela 02 - Quadro de profissionais do CEFET Cuiabá que contribuíram com a pesquisa.

Profissionais	Autoclassificação	Atuação no CEFET	Escolaridade	Idade	Tempo de serviço no CEFET
J.L.B	Pardo	Prof. De Zootecnia	Mestre	47	Não declarou
J.U.O	Pardo	Prof. De Agricultura	Mestre	42	14 anos
M.J.Q.D	Parda	Chefe do Dpto de Estágio e Emprego	3º Grau	40	29 anos
U.N.S	Branco	Prof. De Zootecnia e Associativismo	Mestre	45	26 anos
V.D.S	Pardo	Prof. De Administração Rural	Mestre	49	26 anos

No decorrer da entrevista com os profissionais que aparecem na tabela 02 percebeu-se a segurança, convicção com que davam a respostas com relação à cor. Apenas com o entrevistado J.U.O preferiu a autoclassificação pardo, mesmo se reconhecendo, durante a entrevista, como preto, negro. Segundo o entrevistado estaria mais para pardo mesmo, preferia assim porque achava muito difícil classificar alguém por cor, porque se fosse mesmo para classificar como se devia ele seria moreno.

Segundo Souza (2005) há uma espécie de pacto da convivência, ser reconhecido ou reconhecer alguém como negro soa, às vezes, como coisa negativa ou insulto, por ser associado à condição inferior. Ao fato que as terminologias como moreno, pardo, bronzeado ou algo semelhante conferem, no imaginário social, uma posição mais aceitável para o sujeito.

Quanto à formação dos entrevistados os professores têm o grau de mestre e a técnica administrativa o de 3º grau completo o que sugere um desempenho de qualidade e comprometimento com a formação profissional dos educandos, conforme se constata na fala dos alunos quando se referem aos professores e ao setor de estágio.

2.2 A classificação do objeto por categorias de cor

Definir a cor ou raça de alguém não é tarefa simples. Segundo Hall (2002) a cor de um ser humano é sempre presumida, uma vez que cor é uma categoria classificatória, criada culturalmente. Para ele, a atribuição ou a auto-atribuição de cor é a tentativa de situar um sujeito em um contexto social usando uma presumida aparência para posicionar o referido sujeito nas relações de poder como dominante, subalterno, igual, diferente.

Na história dos censos percebe-se uma nuance de cores diluídas nos diferentes termos que já foram usados e outros que ainda permanecem com intuito de classificar a população brasileira, entre eles pode-se destacar o caboclo, mestiço, amarelos, pardos, pretos, brancos e indígenas que, a partir de 1991, passou a ser enumerada separadamente do “pardo” o que possivelmente teria gerado a inclusão do termo “raça” ao quesito cor.

Observa-se que desde a realização do primeiro levantamento de informação sobre a raça no Brasil, em 1872, os pesquisadores têm buscado apreender o significado da diversidade de termos usados no cotidiano das relações raciais no país.

Em 1976, o IBGE introduziu no seu levantamento uma questão aberta, procurando verificar se as categorias do censo se distanciavam dos termos usados no cotidiano da

população. Nessa questão aberta o informante definia sua condição racial usando vocábulos do dia-a-dia. O resultado foi uma variedade de termos sendo que 57% deles poderiam ser enquadrados nas categorias censitárias. A conclusão desse levantamento foi que mesmo usando categorias censitárias que limitem a riqueza de termos raciais e eliminem as ambigüidades, essas categorias estariam expressando o modo como a maior parte da população se percebe racialmente.

Luis Petruccelli (2000) também realizou estudos de gênese de alguns termos encontrados na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1998, nos mostrando as origens dos termos: pardo, mulato, mestiço, moreno, bugre, caboclo, cafuzo, preto, branco.

Segundo o estudo feito pelo autor o termo “pardo” pode ter sua origem do latim significando leopardo (leão-pardo) pela sua cor obscuricida. Já o “mulato” seria o resultado da miscigenação entre brancos e pretos ou vice-versa. “Mestiço”, também, vem do latim tardio *mixticus* de *mixtus* particípio passivo do verbo *miscere*, misturar. O termo “moreno” tem sua origem no espanhol oriundo de moro, do latim *maurus*, referindo-se ao habitante da Mauritània.

Com relação ao vocábulo “caboclo” ele fala que pode ser usado para nominar o índio como mestiço de índio com branco, ou ainda, aquele de cor cobreada e cabelos lisos. “Cafuzo” para o autor embasado em Cunha (op.cit.) teria uma origem incerta, já o termo “bugre” tem referência “depreciativa” como designação genérica dada ao índio, especialmente, o bravo e /ou guerreiro.

Para entender o termo “preto” cita Said- Ali (1931) dizendo que esse termo vem da etimologia do português Preto, espanhol Prieto e ainda está por elucidar e a cor “branca” está relacionada a termos alvos, claros.

Valendo-se, ainda, dos dados levantados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1998, Petruccelli afirma ter encontrado 143 categorias de cor que foram construídas culturalmente para dar conta de nuances fenóticas, permitindo uma identificação da cor “dentro de uma escala cromática em posições relativas de distanciamento social variado com a categoria negro”. Tais denominações também são entendidas pelo autor como uma das estratégias utilizadas para contrabalançar práticas de discriminação. Constroem-se matizes que se aproximam do componente de pele mais clara, na tentativa de uma melhor aceitação social. Dessa forma, a atribuição de cor a uma pessoa é feita de maneira que depende do convívio e, normalmente, vem revestida de significados no interior de um contexto histórico-cultural e social específicos.

Na presente pesquisa, foram realizados três tipos de classificação de cor para os 13 alunos entrevistados: classificação do pesquisador (utilizando as categorias pretas, pardas e mulatas, brancas, amarelas e índias) e a autoclassificação dos entrevistados por categorias abertas e pelas categorias de cor fechada do IBGE.

A tabela 02 apresenta o levantamento de cor feito através da classificação do pesquisador e dos levantamentos feitos com os alunos durante as entrevistas.

Tabela 03 - Cor dos alunos, segundo a classificação do pesquisador e dados das entrevistas.

Alunos	Classificação do Pesquisador	Autoclassificação	Classificação do IBGE
F.R.A.C.	pardo	Brasileirinho jambo	branco
C.L.E.S.	mulata	Negra	Preto
M.L.M	preta	Parda	Parda
E.L.A.	pardo	Pardo	Pardo
A A. E.S.	mulata	Morena	Índio
L.R.T.	preto	Moreno escuro	Preto
O.S.	preto	Negro	Preto
E.M.S.	mulato	moreno	pardo
G.O.T	preto	Negro	Negro
B.D.G	preto	Preto	Pardo
A.F.G	preto	Queimadinho/ preto	Preto
M.S.S.	mulato	moreno	Pardo
E.P.M.	pardo	moreno	pardo

Observa-se que a questão de classificar, nominar alguém com relação à cor é muito difícil mesmo, pois ocorreram divergências entre as classificações feitas pelo pesquisador e os dados levantados nas entrevistas, onde os entrevistados se auto classificavam e escolhiam uma categoria fechada de cor de acordo com o IBGE. Pode-se observar isso na categoria mulata que aparece apenas na classificação do pesquisador.

Dos 13 alunos entrevistados, ocorreram 6 casos de compatibilidade entre as classificações de cor do pesquisador e a autoclassificação dos entrevistados na categoria de cor fechada. Desse total 4 se referem a categoria preto e 2 a categoria pardo.

As disparidades percebidas ficam em torno das categorias pardo, preto e mulato, onde encontramos uma classificação do pesquisador como pardo e a autodenominação do entrevistado como branco isso também ocorreu em dois casos de classificação por parte do pesquisador como pretos e os entrevistados se auto-declararam como pardos. O que chamou mais atenção como já foi dito é com relação ao “mulato” e a dificuldade de se auto intitularem mulatos, pois na classificação do pesquisador havia 04 mulatos e esses na autoclassificação

não se viam assim, um deles se auto classificou preto e os demais um se auto definiu como índio e dois se declararam pardos.

A preferência por categorias que se aproximem da cor e das categorias do branco possui em seu contexto aspectos históricos, sociais, culturais e intelectuais, na qual as idéias brasileiras sobre raça surgiram e disseminaram no país. Com enfoque mais elevado no final do século XIX, as políticas públicas, elaboradas no Brasil, tinham por objetivo branquear a população sob uma perspectiva hierárquica, onde se classificava a população em raças superiores e raças inferiores, afirmando assim as desigualdades no país.

Bento (2002) observa que a questão do branqueamento é frequentemente considerada como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura se igualar com o branco, miscigenando-se com ele para diluir suas características raciais.

Na verdade, continua a autora, quando se estuda o branqueamento conclui-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca.

Mas conforme observamos nas entrevistas ainda permanece no imaginário das pessoas esse “ideal de branqueamento”. Quando perguntado sobre a sua cor e a dos seus familiares os alunos nos colocam.

Ah, professor eu sou preto, Mas eu queria ser um pouco mais claro...”
(B.D.G.)

Ah num sei, acho que parda, pode ser parda? Tem a cor pardo mesmo? Acho que sou pardo (B.D.G.).

olha acho que todos ali, meus pais, meus irmãos, né? Eu tenho quatro irmãos, acho que todos nós seríamos branco, em relação a cor da pele será branco (F. R. A C.).

A classificação até mesmo para os entrevistados não é uma tarefa fácil como se parece, pois observamos o uso de termos diferenciados para categorizar cor.

sou moreno escuro (L.R.T.)

eu sou meio queimadinho, brincadeira professor eu sou preto (A F.G.).

Acho que minha cor é a cor do brasileiro jambo (F.R.A C).

As dificuldades de se classificar e até mesmo se autotransclassificar usando expressões como “queimadinho” “escuro” “moreno” “brasileirinho jambo” dão margens para diversas possibilidades de classificação, conforme explica Teixeira (1978):

[...] escuro e claro são categorias relativizadoras, que atenuam a possibilidade de conflito porque permitem, de forma mais acentuada, a manipulação e a ambigüidade, já que o que é claro na relação com alguém pode ser mais escuro frente a um outro, enquanto as possibilidades de relativização dos termos branco e preto são muito mais reduzidas. (p.90)

As divergências de classificação entre o pesquisador e os entrevistados evidenciam que a cor no Brasil não possui critérios estabelecidos. Os sistemas de classificação intercalam entre pretos e brancos, dando origem a vários tipos de denominações para definir a cor de uma pessoa.

Na tabela 02 também se observa o diferencial de categorias utilizadas pelos alunos entrevistados nas perguntas de cor aberta e fechada.

Percebe-se o uso do termo negro como uma certa preferência na categoria de cor aberta, já o uso do termo “moreno” na categoria aberta de cor faz referência ao pardo na categoria de cor fechada e também o uso “moreno escuro” para referenciar o preto na categoria de cor fechada. Observamos também a aceitação do termo preto nos dois tipos de categoria.

Vale lembrar que durante as entrevistas foi notório na fala dos entrevistados a preferência pelo termo “negro” até mesmo na categoria de cor fechada, pois não gostavam de se classificarem como preto e como só tinham essa opção na categoria de cor fechada então ficariam com ela por se aproximar do negro pela qual tinham preferência.

O termo negro no final do século XIX era utilizado como uma denominação pejorativa para homens e mulheres escravizados. Segundo Guimarães (2004) nessa época, as pessoas livres de ascendência africana eram classificadas ou se classificavam como “pretos”, “pardos” ou “homens de cor”. “Apenas a partir de meados dos anos de 1920, uma elite desses homens de cor passou a se designar como “negros”, unificando as diversas denominações de cor sob esse termo” (p.03). O autor ressalta também que as pessoas com ascendência africana que participavam de mobilizações políticas no país, passaram a designar-se como negros a partir desse período.

A preferência pelo termo negro da parte dos alunos entrevistados não se configura como uma problemática visto que essa pesquisa entende o termo negro como a junção de pretos, pardos e mulatos.

O termo *moreno* aparece na tabela 02 na pergunta de cor aberta e foi usado por 03 alunos que se auto-declararam pardos na categoria de cor fechada.

O uso desse termo será o ponto de discussão do próximo tópico.

2.3 Eu sou moreno!

Segundo Piza e Rosemberg (2002) o termo *moreno* pode estar designado a procura do branqueamento, já para outros, porém, essa denominação, tanto no processo de auto quanto de heteroclassificação, pode estar designando um processo de despreconceituação da nomeação da cor.

Para as autoras as palavras usadas para nomear a cor das pessoas não são veículos apenas enunciadores de matizes de cor, mas também portadoras de índices de preconceito/discriminação, de seu distanciamento e de sua superação. Elas comparam também que não dispomos de um mapa lingüístico como o que foi feito nos Estados Unidos sobre os atributos associados às palavras “black” e negro, e nem tampouco temos uma política lingüística como a que vem caracterizando a construção de um termo politicamente correto naquele país, porém observam que algumas pistas sugerem a preferência de certos termos para designação da rotulação de cor ou pertencimento racial entre certos segmentos sociais, nem sempre compartilhada com outros, contribuindo para a fluidez deste campo de relações.

Segundo Castro (2005), a miscigenação da população brasileira, agregada à ausência de um critério de cor, deixa aberta a utilização de múltiplas categorias de cor que são constantemente utilizadas para dar conta da multiplicidade de cores dessa população.

Para Munanga (1999, p.14) esse total de cores demonstra que o brasileiro foge de sua realidade étnica, de sua identidade, procurando, mediante simbolismo de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior, isto é, branco. O autor se vale das palavras de Moura (1988, p.64), que diz que “a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificados, usados pelos próprios não-brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma esmagadora magia”.

Osório (2003, p.35) afirma que o termo *moreno* “revela uma espécie de recalque coletivo que trai a rejeição da ascendência negra e da valorização de muitas contribuições realizadas pelos africanos transmigrados à força par ao Brasil e por seus descendentes”.

O autor, ainda, comenta que o uso de *moreno* como um eufemismo para não se referir as pessoas como negras, pretas ou pardas, é a expressão perfeita de uma etiqueta de

relações raciais, sendo comum pessoas se referirem a fulano, que é negro como “aquele moreno”, ainda que fulano não tenha o maior problema em se declarar negro, preto ou pardo. É uma espécie de concessão polida para não “depreciar” o sujeito pela alusão ao que se entende como condição racial.

Essa junção de cores se resumindo no “moreno” como um dos termos mais comumente usado pela sociedade para se referir às pessoas negras também foi percebido na fala de nossos entrevistados quando solicitado que se auto-classificassem e classificassem seus familiares de acordo com categorias de cor.

“morena também, todos morenos, tem moreno claro, moreno escuro, mas todos morenos” (M.L.M.)

“por causa que meu pai, ele é moreno escuro e minha mãe já é branca, então fica difícil distinguir, por causa que alguns dos meus irmãos é branco e outro são moreno, então daria para distinguir que a maioria é moreno” (A.A.E.S.)

“acho que minha cor é a cor do brasileirinho jambo,né? Tem assim num sou negro, num sou branco, acho que sou uma mistura” (F.R.A.C.)

Santos (2004) observou, também, em sua pesquisa que os entrevistados usavam termos que branqueavam a cor da pele. Supõe-se, assim, que se tratava de uma fuga do racismo, dos preconceitos arraigados, dado os significados sociais que eles têm em suas vidas.

O uso do eufemismo “moreno” que para muitos seria uma forma mais carinhosa de denominar o outro contribui, de certa forma, para colocar a “baixo do tapete” as questões de discriminações e desigualdades entre brancos e negros no nosso país, mas que nos próximos capítulos virão à tona.

CAPÍTULO III

DISCRIMINAÇÃO. EU VI, VIVI E VENCI!

3.1 Identidade. Eu tenho!

Este capítulo versará sobre identidade, procuro encontrar na fala dos entrevistados qual o sentido que tem a palavra identidade para eles e se possuem uma identidade.

Junto a esses questionamentos incluo o termo discriminação que junto à identidade faço uma análise de como eles vivenciaram ou vivenciam a discriminação no mercado de trabalho e como fazem ou fizeram para superar esse tema.

Durante o período da adolescência e da juventude o ser amplia seu universo de relações para além da família, aproximando-se, sobretudo de outros jovens com quem vai realizar novas descobertas e construir novas experiências. Passa a descobrir sua própria individualidade, como algo que não mais se confunde com o ambiente social, mas que é único.

A construção da identidade apresenta uma dimensão biológica, uma dimensão individual e uma social – todas interdependentes. Para levar a cabo a complexa tarefa da construção de sua identidade, o adolescente lança mão de toda sua experiência passada, como criança. Ao fazer isso coordena suas potencialidades com suas perspectivas de futuro. (CORTI; SOUZA, 2005)

Ao descobrir suas habilidades, preferências e características, o adolescente passa a confrontar a imagem que constrói de si próprio com as imagens que os outros lhe atribuem. É neste jogo entre o eu e os outros que sua identidade vai sendo construída.

As autoras apontam, ainda que a formação da identidade se inicia na primeira infância e percorre todo ciclo vital, não estando totalmente acabada até a velhice. Trata-se de um processo dinâmico, que se constrói ao longo de toda uma vida.

Os jovens devem tornar-se pessoas totais por seu próprio esforço, e isto durante um estágio de desenvolvimento caracterizado por uma diversidade de mudanças no crescimento físico, maturação genital e consciência social. Eu denominei sentido de identidade interior a totalidade a ser alcançada nesse estágio. A fim de experimentar a totalidade, o jovem deve sentir uma continuidade progressiva entre aquilo que ele vem sendo durante os longos anos da infância e o que promete converter-se num futuro antecipado; entre aquilo que ele se concebe ser e o que percebe que outros vêem nele e esperam dele. (ERICKSON, 1968, p.87 apud CORTE; SOUZA,2005, p. 25)

No que se refere à identidade Goffman (1982) menciona dois processos que concorrem para a produção das identidades: “identidade social virtual” – identidade atribuída a uma pessoa, e “identidade social real” – a que o indivíduo se auto-atribui. O autor afirma que os dois processos podem não coincidir, ou seja, pode haver uma discrepância específica entre ambas. Nessa situação pode-se derivar estratégias destinadas a reduzir o desvio entre as duas identidades. Elas podem se revestir de duas formas: a de transações “externas” entre o indivíduo e os outros significados, tentando acomodar a identidade ou a de transações “internas” ao indivíduo que decorre da necessidade de guardar uma parte de suas identificações anteriores e o desejo de construir novas identidades no futuro (p.12).

Para Hall (2002), uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente.

Com base na fala dos autores percebe-se que o termo identidade se apresenta como algo complexo, visto que o ser humano pode apresentar uma diversidade de identidades, essas podendo ser: pessoal, sexual, étnica, social, profissional e outras como se observa na fala de um dos entrevistados:

Identidade acredito eu que seja uma coisa assim como próprio nome diz identifica uma pessoa e uma pessoa pode ter várias identidades, ela pode ter uma identidade profissional, né? Pode ter uma identidade pessoal, eu acho que identidade é aquilo que de fato identifica uma pessoa, algo em específico (FRAC).

E dentro dessa complexidade com o objetivo de saber como os alunos interpretavam o tema identidade e que tipo de termos usavam para explicar o seu significado é que foi feita a seguinte pergunta: “O que significa identidade para você?”.

A partir das respostas dadas a essa pergunta é que passo analisar o que os jovens egressos do CEFET-Cuiabá pensam a respeito de identidade.

Numa primeira análise, assim como Castro (2005) também observou, não aparecem menções sobre os termos raça e cor como componentes da explicação sobre identidade. O termo foi interpretado como uma questão de moralidade, caráter ou personalidade. Para muitos dos entrevistados o termo identidade foi interpretado como tudo que eles viveram, ou seja, situações que contribuíram para a formação da identidade como na família, escola e na vida social.

Segundo Velho (1999) a construção de identidades básica subordina-se a constelações culturais singulares e a conjunto de símbolos delimitáveis.

“os indivíduos modernos nascem e vivem dentro de culturas e tradições particulares, como seus antepassados de todas as épocas e áreas geográficas. Mas, de um modo inédito, estão expostos, são afetados e vivenciam sistemas de valores diferenciados e heterogêneos”. (VELHO, 1999, p.39)

Essas observações podem ser lidas nas falas abaixo:

Identidade pra mim é uma coisa que você forma, começa na família, você começa a se identificar, formar o seu caráter, a sua pessoa, com base no que você aprende em casa, aprende com a família, você aprende com seu pai, com sua mãe e depende de você também, depende de você querer levar em frente, e...levar pra sua vida aquilo que você aprendeu em casa, porque muitas vezes o pai ensina uma coisa na sua casa que é assim, assim, assim, isso é certo, isso é errado e quando você vira as costas, você sai de perto, você faz de outra maneira, então identidade é uma coisa que a pessoa vai formando com o tempo, com a experiência, com a vivência (E.L.A).

É o que a gente é, como nós fomos criados, ah eu acho que é isso, a educação que você teve (A.F.G).

Eu tenho, eu venho de uma família pobre, sou trabalhador, honesto, tive uma boa educação, meu pais me ensinou muito e assim que eu quero ensinar meus filhos para que eles sejam pessoas que tenha bom trabalho, respeito por outras pessoas (A.F.G).

No relato do aluno O.S percebeu, com relação ao termo identidade, o uso da questão racial. Observou-se que durante a entrevista o aluno levava em consideração esses aspectos para definir identidade.

Para mim, a palavra identidade está relacionada com caracterização de um ser ou grupo de seres, ou seja, é uma palavra que define a quem isso ou aquilo pertence.

A impressão que tenho do termo identidade é que ele vem sendo utilizado, para separar ou unir grupos de pessoas que possuem traços comuns, de cor, religião, origem etc... (O.S)

Tomando como base o depoimento do aluno chegamos assim como Teixeira (2003) que embasada em Velho explica que a identidade racial transita por duas dimensões: a socialmente dada, e a socialmente adquirida. Ou seja, ao mesmo tempo em que ela é dada, enquanto caracterização do ser ela é, também, adquirida na medida que toma consciência dela, por exemplo, quando o aluno percebe que ela está sendo usada para separar grupos, assim, ainda valendo de Teixeira, a identidade racial nunca é totalmente dada. Ela transita dentro de um certo “campo de possibilidades” para ser formada e construída constantemente.

O termo identidade, portanto, fica como um conjunto de papéis que vão se juntando através de práticas, experiências, exemplos que colhemos durante toda nossa trajetória de vida e quem sabe chegará o tempo em que nos identificaremos como negros para de fato mostrarmos e assumirmos a verdadeira identidade do nosso país.

3.2 Discriminação e a percepção dos alunos

Quando preto voa?
Quando cai da construção.
 Quando o preto anda de carro?
Quando vai preso.
 Quando negro sobe na vida?
Quando explode o barraco.
 Quando preto vai à escola?
Quando está construindo.

São tantas “brincadeiras” desse tipo que dão a idéia de que os negros na nossa sociedade não são respeitados. São considerados ignorantes, raça inferior, sujos, perigosos e outros termos bem mais pejorativos do que esses e para piorar a situação surgem piadinhas como aquelas que chegam a veicular na mídia falada e escrita dando a impressão de que o negro realmente é isso tudo, pois também existe o ditado de que “toda brincadeira tem um fundo de verdade.”

Esses exemplos dão prova de que o racismo existe no Brasil, apesar de muitos falarem que tudo isso não passa de brincadeira, pois não existem só piadas de negros, mas também de portugueses, japoneses, homossexuais, gordos...

Na verdade, todas essas “brincadeiras” denunciam alguma forma de preconceito, que cedo ou tarde virá acompanhada de atitudes discriminatórias.

No caso dos negros, o preconceito e a discriminação tomam proporções maiores na medida que não há como escapar à sua ação. Ou seja, não há como um negro ou descendentes seu negar que é negro, que pertence ao grupo. Para isso, seria preciso o negro abrir mão do próprio combate a essas formas de preconceito e discriminação, como se tudo não passasse de simples “brincadeira”.

Isso já está tão comum em nossa sociedade o “é só de brincadeira” que dificilmente um brasileiro admite ser racista. Até porque a nossa Constituição maior fala da igualdade de todos, independente de cor, raça, credo etc. E isso de ser só brincadeira fica claro em algumas falas dos entrevistados quando perguntados se havia discriminação no local de trabalho.

não, nunca vi, no meu trabalho nunca vi, tem as brincadeiras. De chamar a gente de preto, negão, se sai uma coisa errada já falam isso é coisa de Benedito, mas só brincadeira, sabe, não é nada pesado, eu não acho isso uma discriminação (B.D.G.).

Por outro lado, temos a fala de outro aluno que retoma as “brincadeiras”, mas já reconhece um ato de preconceito.

Ah acho que, num sei, talvez numa brincadeira de mal gosto, Aquelas coisas assim, ah, já passou do meio-dia, aquelas piadinhas que existe contra a raça negra, ... tudo começa como uma brincadeira, mas num deixa de ter ali, acho que um pinguinho de preconceito, por mais que seja brincadeira entre amigos, mas por que a brincadeira ter esse tom preconceituoso, acho que nem brincando isso deveria ta sendo, Utilizado como brincadeira (F.R.A.C.).

Nesse tópico da dissertação, procura-se abordar a questão da discriminação e como ela se apresenta para o universo de alunos entrevistados.

Segundo Valente (1987), a situação do negro hoje não é muito diferente daquela de cem anos atrás. Embora perceba que a condição do negro seja outra, não mais escravo, porém continua sendo considerado “ser inferior”.

A autora fala que semelhante ao período da abolição da escravatura, as taxas de desemprego e de subemprego são maiores entre os negros do que entre os brancos. A população negra geralmente consegue trabalho de pouco prestígio social conseqüentemente é grande o número de negros residindo em locais pobres, como nas favelas.

Valente (1987) retoma a questão da chegada dos emigrantes no Brasil para embasar que a partir disso os negros passaram a ter que disputar emprego com os brancos. A autora coloca que desse momento em diante, a cor passa a ser critério de seleção social.

Os brancos são considerados melhores trabalhadores que os negros: “numa situação de escolha, o branco passou a ser preferido nas “profissões nobres”. Os trabalhos considerados “humilhantes” pelos brancos, aqueles que estes não queriam executar por considerarem “trabalho sujo”, “trabalho de serviços”, sobravam para o negro” (VALENTE, 1987, p.27)

O que a autora aponta fica nítido na fala de um entrevistado quando questionado sobre se ele achava que a cor da pessoa poderia influenciar na hora de conseguir um emprego.

Ah depende, como falei, depende do local que ela vai trabalhar, no caso se for no shopping ela não vai conseguir emprego, porque lá tem que ser gente bonita, nas lojas tem muita mulher bonita trabalhando, mas não vê gente preta (E.P.M).

Para que se possa dar ênfase às discussões acerca da existência de racismo e desigualdades raciais na nossa sociedade, vale a pena rever também ditos de Carlos Hasenbalg.

Observa-se que durante séculos o modo de produção capitalista se expande alcançando fronteiras cada vez mais distantes, criando e recriando formas diversas de exploração. De acordo com Hasenbalg:

Capitalismo, escravidão e racismo são indubitavelmente relacionados ao processo de expansão internacional européia e à ascensão da burguesia ao poder, embora as relações sejam mais complexas que as de causa e efeito. Como argumenta Genovese (1971), se é verdade que o escravismo produziu o racismo, o preconceito racial no Novo Mundo surgiu de várias fontes e influências que tinham já condicionado os europeus a uma visão negativa do negro muito antes do desenvolvimento do escravismo nas Américas. Outrossim, embora o escravismo tenha dado origem ao racismo, a qualidade e intensidade deste variaram não apenas em termos da experiência histórica e ecológica particular de cada sociedade do Novo Mundo, mas também de acordo com as tradições nacionais, religiosas e étnicas dos escravistas (1979, p. 113).

No Brasil, país colonizado por Portugal, o racismo advém desde os inícios da sua colonização. E com o fim da Abolição da escravatura e diante dos trabalhadores imigrantes estrangeiros como sendo uma opção das elites dominantes do Brasil, na época, em decorrência do ideal de embranquecimento da raça, os negros foram excluídos do sistema de competição de classes que passou a vigorar a partir desse momento no Brasil. Esse fato acabou sendo acrescido, durante o processo de liberdade, às novas manifestações da discriminação racial. Essa negação e a falta de um espaço para inserção do negro no mercado de trabalho; é o que se compreende quando Hasenbalg fala:

No caso dos negros das Américas, a desvantagem inicial condicionada pelo escravismo acrescida da contínua operação do processo de competição desvantajosa são os elementos centrais para explicar o seu auto-recrutamento nos setores subordinados da estrutura de classes e a reprodução de desigualdades raciais. Quanto às dinâmicas de mobilidade social inter e intra-generacional – deixando de lado os casos presentes de cooptação e movimentos ascendentes controlados – os efetivos, conquanto temporal e espacialmente variáveis, tetos para a mobilidade dos não brancos, ajudam a definir o nível abaixo do qual os brancos não podem cair, ao mesmo tempo que uma proporção substancial de pessoas é desqualificada da contenda por posições no topo da hierarquia social (p.116-117).

Já em 1979, Hasenbalg fazia essas observações o que ainda continua predominante no dias atuais. Pode-se afirmar que a atualização e a recriação do racismo e as novas formas com que ele vem se manifestando, caracterizam bem as relações sociais e raciais do Brasil e mostram como vem ocorrendo o processo de exclusão social do negro.

Para Hasenbalg, percebe-se que as ideologias não são apenas idéias, porque elas exercem uma forte pressão na construção da realidade social, nisso pode-se aludir o quanto o ‘ideal de embranquecimento’, contribuiu e ainda contribui para a exclusão do segmento negro na sociedade.

Em se tratando do mercado de trabalho observa-se que mesmo os brancos que não se consideram racistas, acabam levando vantagem quando submetidos a um processo de competição com o negro, principalmente em se tratando de trabalhos, cargos ou ocupações que exigem contatos diretamente com o público, como é o caso de vendedores, recepcionista de festas, eventos, atendentes de bancos, escritórios, restaurantes, caixas e muitos outros.

Constatou-se isso também na fala dos alunos entrevistados:

Ah era muito difícil para arrumar emprego[...] Teve uma vez, ah essa foi cruel, professor. Eu tava preenchendo os formulário, daí, chegou um outro rapaz, na mesma idade que eu, eu acho, ele também fez a ficha, aí a mulher falou assim pra mim “ta bom depois a gente te liga, viu?” eu sai de lá, mas

voltei pra pegar um telefone de contato e o rapaz ainda tava lá, ai eu perguntei pra ele se ele também era técnico, ele falou que era e que a mulher tinha falado pra ele voltar a tarde que ela ia fazer uma experiência, tipo assim, vê se ele dava conta. Daí eu pedi o telefone pra ela e ela num me falou nada, nem pediu pra mim voltar a tarde, e também num me ligou, acho que o rapaz deve ter ficado, num sei, num voltei mas lá (L.R.T).

naquelas loja do povão, aquelas de 1,99 lá vê preto trabalhando, acho que depende , professor, do local onde a pessoa vai trabalhar pode ou não ter discriminação (E.P.M)

Para Amaral (2004), não tem como negar a operacionalização do racismo na sociedade brasileira, mesmo que autores, instituições e imprensa tentem abafar o caso, dando a crer que o racismo não existe, citando exemplos, através de exceções, de que conhece um negro que é patrão, ou de um negro que é doutor, ou ainda de um negro que “se deu bem”; todos esses exemplos de exceções servem apenas para confirmar, em regra geral, a posição em que os negros se encontram, ainda hoje, na sociedade brasileira.

Com relação a essa forma de agir no mercado de trabalho Hasenbalg, resumi da seguinte forma:

A raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e do espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multi-raciais contemporâneas (1979, p. 117).

Hasenbalg (1979) revendo a posição apresentada por Florestan Fernandes quando explica a condição do negro como uma herança do passado, define entendendo como ideologia e como um conjunto de práticas o racismo sendo:

mais que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente (p. 117).

Ele observa ainda que “embora a industrialização e o desenvolvimento econômico possam diminuir o grau das desigualdades raciais, a posição relativa dos grupos raciais na hierarquia social não é substancialmente alterada” (p.163).

O autor norte-americano James Janes (1973), ao analisar a sociedade, define preconceito nos seguintes termos:

O preconceito é uma atitude negativa, com relação a um grupo ou uma pessoa, baseando-se num processo de comparação social em que o grupo do indivíduo é considerado como o ponto positivo de referência" (...) E ainda: "Vale dizer, para que se desenvolva uma atitude negativa é necessário que haja algum referente positivo para comparação. Blumer sugere que esse referente é o grupo a que pertence o indivíduo com preconceito (JANES, 1973, p. 3 apud AMARAL, 2004, p.89)

Assim, compreende-se que para que haja preconceito faz-se necessária existência de pelo menos dois grupos ou duas pessoas tidas como diferentes, onde é feita uma comparação social ou individual e onde um grupo é tomado como ponto de referência para avaliar negativamente o outro. E quando esse preconceito é posto em prática estamos diante de um caso de discriminação.

O que afirma James Janes "A manifestação comportamental de preconceito é a discriminação – as ações destinadas a manter as características de nosso grupo, bem como sua posição privilegiada, à custa dos participantes do grupo de comparação" (ibid, p. 3).

Segundo Amaral (2004), embasado nos objetivos de James Janes de apresentar as formas pelas quais o racismo pode se manifestar, classificando-o ou subdividindo-o em três tipos, sendo eles: racismo individual (manifestado nas atitudes, comportamentos, socialização, interesse pessoal etc); racismo institucional (expresso no trabalho, direito, saúde, economia, educação, política, moradia) e racismo cultural (percebido através da estética, religião, música, filosofia, valores, necessidades, crenças) é que tomamos a definição de racismo institucional usada por Amaral para dar continuidade as análises das entrevistas dos alunos, pois é nesse tipo de racismo que se acredita estar o foco desta pesquisa.

O autor lembra, ainda, que o racismo no mercado de trabalho pode ser compreendido como uma manifestação do racismo institucional, uma vez que são as instituições privadas e públicas as maiores responsáveis pelos empregos existentes, mas devemos também observar a manifestação de racismo individual na microrelações sociais e raciais, como por exemplo, entre patrão e empregado, entre gerente e subordinados, entre vendedor e freguês, ou até mesmo entre parceiros de trabalho.

Essas manifestações de racismo no ambiente de trabalho foram observadas nas análises das entrevistas dos alunos o que passaremos a comentar.

A discriminação racial segundo Muller (2005) é uma ação, uma atitude ou manifestação contra uma pessoa ou grupo de pessoas em razão de sua raça ou "cor". Isso

acontece quando o racista externaliza seu racismo ou preconceito e age de alguma forma que prejudica um a pessoa ou grupo.

A autora cita exemplo do empregador que inventa desculpas na hora da entrevistas de seleção para não contratar candidatos negros para exercerem função de destaque, mesmo que esse tenha todas as qualidades para o cargo.

Müller (2005) lembra, ainda, que esse tipo de discriminação antigamente se escondia sob as regras da “boa aparência” e que quando um negro via o anúncio no jornal oferecendo emprego com a frase “exige-se boa aparência” já se sabia que ali não queriam negros.

Jaccoud & Beghin (2002) consideram que qualquer atitude de racismo ou discriminação não são inatas. Elas vão sendo construídas nas relações entre pessoas e, quando são executadas por um grupo ou indivíduo perante o outro, deixam marcas e causam danos às vítimas.

Durante as entrevistas, assim como observou Castro (2005), os alunos apresentaram opiniões distintas sobre a discriminação racial.

Muitos, conforme vimos, acreditam que não exista no mercado de trabalho uma discriminação racial, ao menos no que eles atuam, porém quando foi solicitado que relatassem sobre a trajetória no exercício da profissão fica nítida a presença de ações discriminatórias, mas que para muitos deles passou despercebido ou nem levam em consideração como discriminação, vêem a discriminação na área econômica e social, no campo do saber e na questão de gênero.

Nas entrevistas, quando se perguntou sobre a discriminação e se ela existia os alunos se posicionaram de maneiras diversificadas, uma delas nos chamou atenção pela forma como o aluno se expressou ao falar da discriminação relacionando-a com questões históricas.

Acho que discriminação é, ela existe em tudo que é lugar, todos os momentos, acho que, o Brasil é um país racista, assim como tem vários outros países no mundo, um pouco mais um pouco menos, mas o preconceito, a discriminação acho que existe sim, né? É, infelizmente, a gente, a nossa cultura, herdou do início de tudo, quando os escravos, a pessoa de pele mais escura, eles tinham dentro da sociedade uma posição um pouco inferior e acho que isso infelizmente predomina até hoje né? (FRAC).

Através dessa fala podemos nos depreender que a questão histórica, o legado da escravidão ainda permanece enraizado no imaginário das pessoas e de certa forma interferindo no olhar do branco com relação ao negro.

Para Telles (2003,) o preconceito envolve o julgamento ou a imagem mental que as pessoas têm a respeito uma das outras, com base em atributos como raça e gênero denominado de estereótipo. Julgamentos estereotipados são uma resposta comum nas interações humanas onde há pouca ou nenhuma informação disponíveis sobre um indivíduo.

A questão dos estereótipos de negros no Brasil são geralmente negativos confirmando o mais famoso deles o de que “negros só sabem fazer bem música e esportes” nas falas dos entrevistados, quando perguntados sobre a discriminação, também se percebeu esse tipo de idéias enraizada e que tem servido de base para acreditar que não se pode esperar muito de uma pessoa negra.

Com relação a cor, assim julga, julga-se, que a pessoa negra seja menos capaz do que uma pessoa branca. Faz-se uma brincadeira, tipo assim, ah esse preto num consegue fazer isso, antes mesmo da pessoa tentar já tem uma discriminação devido dele ter uma pele negra, subestima a capacidade dele por ele ter a pele negra, sempre essas brincadeirinhas assim, sempre acaba tendo um fundo de verdade (E.L.A).

Porque existem profissionais que ele pede pra ser discriminado, tem isso, às vezes ele não faz com que, pra que ele consiga crédito naquilo, o que eu presenciei foi mais ou menos assim a pessoa falando que o profissional não sabia nada por exemplo, não tinha responsabilidade do que ele fazia, então isso pode ser que tenha uma variação ai muito grande, só que a pessoa mesmo faz com que ela tenha esse credito. (Você poderia descrever essa pessoa que foi no caso vítima dessa discriminação?) Como assim professor, falar dela? (Como você classificaria ela de acordo com as categorias de cor do IBGE?, por exemplo) Ah, assim, ela é um pouco mais clara do que eu, acho que seria preta, num sei, acho que negra também como eu, mas ele sempre foi um pouco lento pro trabalho mesmo, ai zanga quando as pessoas fala dele (G.ºT).

Nas falas dos entrevistados percebe-se a visão que se tem dos negros como seres incapazes, essa visão foi difundida pelas elites quando tentavam explicar que o isolamento econômico, social e cultural do negro era um produto natural de sua incapacidade de sentir, pensar e agir socialmente como homem livre. E isso ainda perdura no imaginário das pessoas.

Muitos entrevistados observaram que o preconceito na área agrícola é mais visível na questão de gênero, pois as mulheres têm mais dificuldades para adentrarem nesse espaço tido como preferencialmente masculino como podemos ver nos relatos.

Sim, dentro da minha profissão acho que exista, mas nem é racial, mas sim a discriminação sexual, Seria assim o fato de que a veterinária, principalmente a campo, trabalhando com grandes animais, talvez o lado feminino da profissão sofra um pouco mais com isso daí, talvez é muito pião de fazenda, é funcionários de propriedades rurais que julgam que as mulheres talvez não teriam competência pra ta atuando nessa área. O que muitas colegas minhas de profissão provam o contrario, acho que o sexo, a discriminação sexual assim, ou racial acho que no, no, ato de exercer uma profissão acho que isso não influencia em nada não, mas infelizmente o preconceito existe, a discriminação pela mulher (F.R.A.C).

A questão da discriminação existe. no curso técnico eu não vi muito, não estava explicito mas existe, porque hoje a maioria dos negros são discriminados, é não só tipo assim no meu caso de ser negra mulher, também é mais um problema, a discriminação, principalmente na questão do trabalho, eu não tive, tipo assim, eu não tive tanta dificuldade, mas lá quando a gente ia trabalhar com as famílias no assentamento, as famílias discriminavam, tipo assim o homem discrimina a mulher, tipo assim ah menina ai, mulher ainda vem falar uma coisa pra mim eu sei, então eu via na questão do trabalho que eles valorizavam mais a questão do homem ir lá trabalhar com eles, entendeu? Por achar que homem sabe mais que as mulheres, então eu vejo assim uma discriminação não racial mais sim sexual, por ser mulher (C.L.E.S).

Olha a discriminação pra mim no campo do trabalho ela existe, por causa que ocorreu o fato, isso eu num vou esquecer, que eu fui numa determinada empresa e procurei emprego, assim aqueles emprego assim, como se diz, daqueles de três meses, daqueles que eles dão pra ocupar as férias de outras pessoas, eles só não me empregaram por causa que eu era mulher, então eles não achavam que eu tinha capacidade da mesma pessoa que era pra ocupar o lugar. - Que cargo que era?- era o cargo de assistência técnica, na área agrícola. Eu acho que era porque eu era mulher e na fazenda tinha só homem trabalhando nessa área (A.A.E.S).

Como não é nosso intuito adentrar na discussão de gênero no mercado de trabalho mesmo assim percebemos que o mercado agrícola ainda não está preparado para receber o profissional feminino o que já mostrava Bourdieu que tantos negros quanto às mulheres, trazem o estigma que afeta negativamente tudo o que são ou fazem.

Por um lado, qualquer que seja a sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado afeta negativamente tudo que elas são e fazem e está na própria base de um conjunto sistemático de diferenças homólogas. (BOURDIEU, 1999, p. 111)

O senso de humor é importante na cultura popular brasileira. Piadas, que na sua maioria não são racista, são comuns nos ambientes de trabalho e de lugares onde os brasileiros interagem. (TELLES, 2003, p. 249)

Esse tipo de “brincadeira” apóia a crença comum de que tal forma de humor é inofensiva e que não provoca maiores conseqüências, como se observa nas falas dos entrevistados:

o senhor lembra de mim lá no colégio sempre que tinha algo, que acontecia uma coisa já falavam que tinha sido eu, já falava na sala foi o preto!! Etá neguinho já aprontou, o senhor lembra como era a minha turma. Eu não ligava sabia que era só brincadeira, só sarro deles (B.D.G).

Eu não, é como eu falei só as brincadeiras, mas é só brincadeira, não levo a sério (B.D.G).

Ah acho que, num sei talvez, numa brincadeira de mal gosto, Aquelas coisas assim, ah, passou do meio-dia, aquelas piadinhas que existe contra a raça negra (F.R.A.C).

No entanto, observa Telles (2003) que:

essa forma de humor populariza e reproduz estereótipos negativos sobre os negros, podendo causar sérios danos a sua auto-estima. Geralmente, pessoas que reagem negativamente a insultos humorísticos são tidas como sem senso de humor [...] A idéia do que é ‘politicamente correto’, que freqüentemente age informalmente como um censor de tais piadas nos Estados Unidos, está relativamente ausente no Brasil (2003, p. 249).

Para alguns alunos o fator sócio-econômico é o grande eixo das situações de discriminação que sofrem ao estabelecer outras relações fora do ambiente familiar.

Na atualidade existe a discriminação social, que separa as pessoas pelo o capital que elas produzem (OS).

Conforme Castro (2005) os fatores sócio-econômicos também dão origem a atitudes de exclusão e discriminação, mas há também a questão racial interligada, como é mencionado a seguir:

Ah existe sim, professor, nosso país é racista, eu acho que tem sim, imagina, o senhor já viu muito preto por ai chique, doutor, magnata? Acho que não, mas tem muito ladrão preto (A.F.G.)

Ah tem sim professor, todo lugar tem discriminação, se você é preto, pobre pode saber que já vai ser discriminado, todo lugar tem (B.D.G.)

Um relato que nos chamou atenção e nos mostrou como a questão social e racial andam juntas quando a discriminação contra o negro é externada, conforme narra um dos entrevistados.

Todo mundo discrimina o preto, professor, eu mesmo já fui discriminado (como assim? Você poderia falar?) Eu fui uma vez fazer crediário, lá na Riachuelo, sabe, Então ai precisava do comprovante de residência, eu mostrei pra menina a conta de luz aqui de casa, quando ela viu que eu morava no Pedra Noventa, aqui professor, ela fez uma cara e falou que ia chamar o gerente para aprovar o cadastro daí veio o gerente e queria também minha carteira de trabalho e algo que pudesse mostrar meus últimos salários, o que eu recebia por mês, eu acho que isso foi discriminação o senhor não acha? Ele deve ter visto o negão aqui e pensado que eu era malandro, Por isso que falo que tem sim discriminação no Brasil contra o preto e pobre é pior (AFG).

O fato econômico conforme dados de pesquisas tem mostrado que o negro representa em maior número a classe da pobreza.

Segundo Jaccoud & Geghin (2001) a cor da pele se encontra fortemente associada à probabilidade de se encontrar indivíduos no estágio que representa a mais drástica forma de privação material: a pobreza.

“os resultados mostram que, na população brasileira como um todo, a proporção de pobres permanece estável em 34% ao longo do período de 1995 a 2001. No entanto, uma análise por recorte de cor evidencia que a pobreza é muito maior entre a população negra. A probabilidade de um branco ser pobre situa-se em torno de 22%, mas se o indivíduo é negro, a probabilidade é o dobro – 48%”. (JACCOUD e BEGHIN, 2001, p.28)

Essa situação fica clara na fala do aluno quando descreve a situação vivenciada na loja.

Ainda sobre discriminação no mercado de trabalhos percepções dos alunos apresentam uma diversificação, até porque essas concepções são frutos de experiências de vida, dando ao aluno uma visão crítica em torno da discriminação e do preconceito racial, por terem de alguma forma, sido vítimas ou expectadores de ações discriminatórias, conforme os relatos:

teve um dia que eu num arrumei direito os bicos do trator, lá aqueles que serve pra plantar, jogar a semente, daí o encarregado viu e falou que eu num sabia nada que isso era serviço de preto mesmo, que eu não sabia fazer.
(B.D.G.)

Ao perceber a situação de discriminação foi perguntado ao aluno se ele havia respondido, retrucado a fala do encarregado, o aluno respondeu:

Ah falei pra ele que ainda era estagiário e que lá na escola não tinha visto tudo, ai ele falou que era pra prestar mais atenção, depois ele me ensinou, ficou até muito meu amigo (B.D.G).

Na resposta percebe-se a reação do aluno perante a provocação e a justificativa para o erro de que não seria uma ação típica de pessoas negras, mas sim da falta de conhecimento ou prática específica que não teve durante sua formação profissional. Nota-se, também, que o encarregado deve ter percebido o erro da forma como abordou a situação e procurou estabelecer um laço de amizade com o aluno.

No próximo relato, percebe-se que houve uma ação discriminatória por ele ser negro, porém a reação foi diferente por parte dos envolvidos.

Eu não, mas já vi muito disso sim, às vezes a pessoa não fala, mas só do jeito de olhar a gente já sabe que ta sendo discriminado. Uma vez aconteceu isso no ônibus, eu ainda era cobrador, porque agora sou motorista, daí um rapaz tava lá atrás e apertou a campainha, mas o parceiro meu não parou, ai ele

começou a xingar, dizer palavrão, ai ele viu o meu parceiro, a cor dele, ele é quase da minha cor, ai ele falou assim, “tai num sei quem ensinou macaco dirigir ônibus e contar dinheiro, por isso que o Brasil não vai pra frente”, as pessoas começaram a rir, eu fiquei com vergonha, mas fazer o que, nós não podemos caçar confusão com passageiro, mas mesmo assim o parceiro respondeu que tinha pena da vaca que tinha dado cria para um burro, o povo riu também, ai ficou aquela discussão, mas o parceiro parou o ônibus e o cara desceu. O Brasil é sim racista, tem discriminação sim, pelo menos eu acho. (A.F.G.)

Retrucar a provocação do outro é uma forma de defesa e de mostrar a insatisfação com a falta de respeito para com o próximo. Uma observação também a ser feita com relação a esse depoimento é que ao ser questionado sobre ações discriminatórias o aluno foi decisivo ao responder que nunca tinha passado por esse tipo de experiência e ao lembrar desse caso narrado pode desmentir o que havia confirmado anteriormente, dando a entender um certo constrangimento em se falar sobre esse assunto. Pôde-se notar em quase todas as entrevistas a falta de tranquilidade para se falar de situações ocorridas que fossem classificadas como discriminatórias.

A mídia também foi citada como um meio de demonstrar a discriminação como se pode observar na fala de um dos entrevistados.

Engraçado, hoje há também a discriminação se a pessoa atende ou não o biótipo ideal expresso na mídia! Hoje, a principal promotora da discriminação é a mídia! (OS).

Sendo o Brasil um país com orgulho de ter uma sociedade multirracial e miscigenada, a televisão como sendo, talvez, o mais importante difusor da cultura nacional apresenta atores que são em sua maioria brancos e, surpreendentemente louros.

Telles (2003) observa que apesar de enorme presença na sociedade brasileira, os negros estão praticamente ausentes da televisão ou, quando presentes, são relegados a papéis subalternos.

Percebemos a interferência da mídia - quando se mostra nas novelas, propagandas as atendentes de lojas, os funcionários de shopping se contrapondo com as pessoas que trabalham em comércio mais simples, menos requintados e bem como dos típicos personagens vivos por negros nas telenovelas – na formação do tipo ideal de pessoa para atuarem nesses postos de trabalhos o que fica claro nas interpretações feitas nos próximos relatos:

o senhor já viu muito preto por ai chique, doutor, magnata? Acho que não, mas tem muito ladrão preto né? Todo mundo discrimina o preto (AFG).

No shopping ela não vai conseguir emprego, porque tem que ser gente bonita, nas lojas tem muita mulher bonita trabalhando, mas não vê gente preta.(...) lá no centro a gente já vê, mas naquelas lojas do povão, aquelas de 1,99 lá vê preto trabalhando (EPM).

Uma outra forma de discriminação encontrada nos relatos dos alunos, é através da educação, ou seja, se você tem mais conhecimento você é mais respeitado, eles acreditam que o conhecimento também pode gerar ações discriminatórias no espaço do trabalho.

(...) estudo, às vezes por causa que uma pessoa tem menos estudo que outra, às vezes é trabalho que uma pessoa que não tem estudo consegue fazer, mas é discriminado também por falta de estudo (MLM).

Pela Cor nunca percebi discriminação na minha área de trabalho, mas pelo o grau de instrução do individuo, eu já presenciei muito. Como exemplo: Algumas pessoas pensam por terem cursos superiores, são superiores as demais pessoas que não tem (OS).

Declarações como essas narradas pelos alunos e embasadas nas falas de pesquisadores relevam e reforçam o enraizamento do racismo em todos os níveis da sociedade brasileira, evidenciando preferência pelo modelo branco supostamente superior.

Esse tipo de preferência não interferiu na jornada dos egressos entrevistados, pois conforme se verá no próximo capítulo eles vivenciaram e sabem que existe em nosso meio a questão racial, mas não se esmoreceram e através de sonhos e projetos trilham uma jornada de sucesso.

CAPÍTULO IV

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL – UMA TRILHA MARCADA NUM MAPA DE COR

4.1 A família no meio do caminho

Nesse capítulo procuro mostrar os caminhos trilhados pelos alunos para chegarem ao mercado de trabalho e suas expectativas para a carreira profissional.

Ao fazer a coleta de dados, usando como estratégia a entrevista semi-estruturada, pude estar mais próximo do meu objeto de perceber a subjetividade que a pesquisa me proporcionava.

Os sujeitos, ao serem abordados com os meus questionamentos tinham a liberdade para falar suas experiências profissionais, até porque se procurou, na medida do possível, deixá-los à vontade como se estivessem num bate-papo entre amigos, onde o uso do gravador passou despercebido.

A história de vida nos mostra a essência do sujeito que está na formatação oferecida por ele, que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações ou pessoas.

Segundo Becker (1993), quem trabalha com história de vida têm objetivos a atingir, portanto busca nela tudo que precisa conhecer sobre seu objeto. Diz ele:

o sociólogo que coleta uma história de vida, cumpre etapas para garantir que ela abranja tudo o que se quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente. (BECKER, 1993, p.102)

As oportunidades e barreiras para se chegar ao curso técnico foram apresentadas de formas diferentes pelos alunos entrevistados, até porque cada um vinha de uma realidade diferente.

O ponto comum é que todos tiveram apoio da família para conseguirem freqüentar o curso técnico agrícola no Cefet-Cuiabá e concluí-lo.

A família esteve sempre como um suporte material, social, emocional, econômico na vida escolar dos entrevistados, nos fazendo perceber a sua grande importância na trajetória dos alunos.

Durante as entrevistas, percebeu-se também que a família se estendia, abarcando outros membros como: tios, padrinhos, amigos, dando a perceber que havia mais pessoas envolvidas nesse processo de mudança, importante na vida dos alunos, pois muitos viam no ensino técnico uma possibilidade de um futuro melhor, como se pode notar nas respostas da pergunta “Que motivos levou você a escolher um curso técnico?”.

É questão de trabalho mesmo, Porque lá você forma, E provavelmente sai empregado (CLES).

O motivo pelo qual a gente faz o segundo grau e já o curso técnico, um curso profissionalizante que vai capacitar a gente a entrar no mercado de trabalho, já com apenas com o segundo grau (ELM).

Porém, para que esse sonho se concretizasse os alunos, praticamente todos os entrevistados, afirmaram que só foi possível através do apoio da família.

Esse tipo de ligação e de apoio também foi percebido no trabalho de doutorado sobre a ascensão social do negro no Estado do Rio de Janeiro realizado por Teixeira (2003), e aqui em Mato Grosso em pesquisas desenvolvidas por Castro (2005); Souza (2005) e Santos (2004) que apontam também a importância que a família teve na trajetória escolar dos alunos e profissionais negros.

As autoras em suas pesquisas usam o termo “rede” para explicar o que foi percebido nas entrevistas, que o apoio recebido pelos alunos foi graças às relações de solidariedade, de ajuda não só da família. Segundo Teixeira (2003) essas redes ajudam determinados indivíduos a contornar obstáculos, tanto de origem sócio-econômica quanto racial.

Essa é uma constatação que, por ser comum nas pesquisas realizadas pelas autoras podemos estendê-las a outras realidades em nosso Estado e no Brasil, porque a “rede” de apoio, como bem expressou Teixeira, é “identificada como principal fator de mudança social responsável por trajetórias de ascensão e permite explicar como e por que se mantêm os padrões das desigualdades raciais no Brasil” (p.149).

O sentido de “redes” nesta pesquisa será, então trabalhado conforme Teixeira (2003), citando Bott (1976), destaca que o conceito de “rede” surgiu na Antropologia Social com objetivo de ajudar a explicar as novas formas de relacionamento social, compreendendo como se estabelecem as relações de amizade, parentesco e também de classe social moderna. Assim, as redes atravessam todos os campos sociais, fazendo, de forma aberta, ligação entre elas. (p.198)

A autora destaca ainda que o principal fator que proporcionou mudanças sociais nas trajetórias dos entrevistados foram as redes familiares e as redes pessoais.

(...) tanto indivíduos quanto grupos – entre eles pode estar a família – podem ser considerados como unidades de formação de “redes”...que conduzem determinados indivíduos a contornar obstáculos, tanto de origem socioeconômica quanto racial, e realizar trajetórias de ascensão (p.198).

As entrevistas mostraram que o ingresso no curso técnico em Agropecuária oferecido pelo Cefet-Cuiabá, em grande parte, se deu através do investimento e apoio familiar. Isso foi facilmente colocado pelos alunos em seus relatos. Eles deixam clara a importância do pai e da mãe nessa conquista e de outros que também ajudaram, dando a entender que uma “rede” foi estabelecida para que os objetivos fossem alcançados.

A minha família foi o apoio principal que recebi! E dentro da minha família todo o crédito por minhas vitórias atribui a minha mãe
passei no exame de seleção da EAFC, minha mãe ficou muito feliz pela aprovação, mas ela me disse que não tinha condições para me manter na escola, naquele dia chorei muito. Passaram-se alguns dias, minha mãe me chamou para irmos até a escola e conversar o com diretor sobre a nossa realidade. Através dessa atitude da minha mãe em 1996 conclui o curso Técnico em Agropecuária. Com o mesmo esforço da minha família em 2002 conclui o Curso Superior em Licenciatura em Ciências Agrícolas e 2005 Engenharia Agrônômica (O.S).

Percebe-se na fala do aluno o quanto a família teve essa importância. A questão do apoio, no sentido real da palavra é percebida na ação da mãe quando junto ao filho procurou a escola para ver o que poderia ser feito para que o filho pudesse estudar, visto que a família não dispunha de condições. Nesse ato nota-se o apoio através do carinho, do crédito, do incentivo para que o aluno não perdesse de vista os sonhos traçados que naquela oportunidade de estudar mudaria toda sua trajetória de vida.

Essa mudança é percebida quando se compara a resposta que esse aluno deu quando fala o porquê de ter escolhido um curso técnico.

Comecei a trabalhar na minha infância, vendendo salgados nas ruas de Jaciara, para ajudar no sustento de minha família, que naquela época (final da década de 80 e início da de 90) éramos em oitos pessoas, que lutavam para romper o limite da insegurança alimentar.

Três anos antes de entrar na EAFC (1994), troquei as vendas de salgados pelo corte de cana. Durante o dia eu trabalhava nos canaviais e a noite eu estudava. Nessa trajetória de trabalho prematuro e estudo deficiente, percebi que o estudo podia mudar a minha realidade, que até então parecia ser predestinada, por ser pobre, negro e ter pais sem estudo. Essa realidade que mencionei, foi o motivo que me levou a escolher um curso profissionalizante. O direito de ser um cidadão com uma profissão e mudar a minha vida. Ter uma profissão é a oportunidade de dizer para alguém, que a realidade não é predestinada, mas sim mutável segundo o desejo que temos de viver (OS).

O projeto que esse entrevistado desenvolveu para chegar a ingressar no Cefet-Cuiabá tem consonância com as palavras de Velho (1999).

“a consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos”. (VELHO, 1999, p.101)

O aluno durante a entrevista deixou fluir a emoção e contentamento por estar podendo contribuir com o pesquisador e de poder contar um pouco da sua história o que chegou em momentos a emocionar ambos.

Às vezes o apoio financeiro da família não era suficiente para que pudessem se manter na escola. Dois alunos mostram em suas falas a necessidade que tiveram de trabalhar para se manterem no curso.

Naquela época eu não trabalhava, então meus pais que arcaram com as despesas da escola, mas eu também ajudava no final de semana ia pra casa pra ajuda na roça, ou na feira, porque meus pais vendiam coisas na feira, tipo galinha, ovos, verduras, queijo um pouco de tudo que a gente tinha lá no sítio, e nas outras vezes eu ficava lá na escola mesmo porque tinha os plantão que a gente tinha que pagar no final de semana, você lembra, professor? Então e quando sobrava um tempo eu também capinava o quintal das casas

dos funcionários que morava lá na vila da escola, pra ter mais um dinheirinho, E assim fui levando até terminar o curso lá em São Vicente (E.P.M).

(...) e eu trabalhava nos horários vagos carpindo quintal, fazendo serviço assim pra conseguir também um dinheirinho extra (E.L.A).

Percebeu-se nesses depoimentos que mesmo tendo eles que trabalhar para ajudar nos estudos, não se esmoreciam diante das dificuldades, pois sabiam de certa forma que um futuro melhor estava por vir.

Pereira (2002) observou em sua pesquisa que os jovens rurais que querem estudar geralmente têm que se deslocar para um centro urbano de porte médio, o que significa viagens diárias, às vezes a grandes distâncias, ou manter um alojamento temporário na cidade, sendo que nos dois casos o custo está fora do alcance da maioria das famílias do meio rural.

Nesta pesquisa a escola agrícola funcionando em regime de internato também é vista como um apoio para esses alunos, pois dois deles deixam claro em narrativas que morar na escola e sendo alunos “isento” de taxas de alimentação foi um dos pontos que possibilitou a permanência deles no estudo, conforme falam:

na época eu tive ajuda também da escola, porque eu era aluno isento o senhor lembra, né? Ai não precisava pagar a alimentação, então já era menos um gasto pro meu pai, porque ele tinha que ajudar em casa com outros irmãos (AFG).

..lá em São Vicente o aluno podia morar lá, sabe, né, tinha o internato e meu pai num precisava preocupa comigo e nem gastar muito comigo, porque ele é pescador, professor, ele pesca e tem uma roça bem pouco lá no Barão, planta alguma coisinha, cria umas galinha, porco, pra nós mesmo (BDG).

Segundo Teixeira (2003), as trajetórias de sucesso de alguns alunos negros se fazem a partir da ajuda e solidariedade de alguém, que pode ser qualquer pessoa da família ou não, ou mesmo de uma instituição (p.232).

A escola teve grande influência na vida desses alunos, pois conforme narrativa não teriam um certo conforto para estudar caso tivessem que depender apenas do apoio financeiro dos pais. Essa situação fica clara quando ouvimos em uma das narrativas o retrato da condição financeira de um dos alunos quando se lembrou dos pais durante o almoço no refeitório do Cefet-Cuiabá.

...tinha dia que eu ficava lembrando lá de casa, da minha mãe falando que a gente precisava estudar, ter uma profissão, lembrava dos meus irmão, do meu pai, teve um dia que lembrei deles no almoço. (por quê?) ah sei lá, aqui tinha mais comida, assim, mais coisa pra come, lá em casa era mais peixe,ou galinha, ovo, arroz, mandioca, num tinha as coisa que eu comia aqui na escola daí eu ficava lembrando neles (BDG).

Amigos, tios, padrinhos, professores agentes de uma relação que segundo relatos tiveram uma participação especial na escolha do curso, na permanência e na conclusão do tão sonhado curso técnico.

(Teve ajuda de outras pessoas?) Dos meus tios, da minha vó eles me ajudaram no enxoval, porque tinha que comprar as roupas, os uniformes, os materiais da escola, então eles me ajudaram muito também, todo mundo queria que eu estudasse aqui, pra mim ser alguém na vida (BDG).

nem só minha família, mas também meus colegas e também assim os professores da outra escola que eu estudava também influenciou bastante na minha vinda pra cá, e foi isso ai. (como que eles te influenciaram? Você poderia comentar?) Eles influenciaram, por exemplo, até mesmo na ajuda pro processo seletivo e também conselhos a gente tem que estudar, tem que dar prosseguimento nos estudos (GOT).

Tive o apoio de inúmeras pessoas, como as professoras que doavam cadernos para mim, os conselhos.... (OS).

A trajetória escolar desses alunos foi marcada pela ajuda e solidariedade, onde a família teve sua função principal, porém ligada a outros elementos que se uniram para formar uma “rede” que trabalhou em prol de um sonho, de uma trajetória de vida melhor para nossos alunos entrevistados.

Cada um deles teve seus percalços, mas que ao buscar e aceitar ajuda, ao aproveitar as oportunidades esses obstáculos foram superados.

4.2 Uma rede a embalar o sonho

O Brasil ainda é um país onde as suas características agrícolas são muito fortes para a economia, com cerca de 37% da sua população vivendo na zona rural. A busca pela competitividade do setor e a existência de um mercado consumidor cada vez mais exigente, faz com que se necessite de uma mão-de-obra com razoável grau de especialização, que pode ser suprida pela rede de ensino técnico agrícola existente no país.

Uma Escola Técnica Agrícola tem por objetivo formar alunos aptos a desempenhar a profissão de técnico agrícola, utilizando para isto técnicas educacionais e de treinamentos.

Além do aspecto puramente escolar, a ETA deve proporcionar ao aluno condições para aplicação prática dos conceitos vistos em classe. Este aspecto, envolvendo mais treinamento do que educação propriamente dita, implica em proporcionar condições para que os alunos apliquem no campo o que aprenderam em aula.

Com o lema “aprender a fazer, fazendo” o Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá vem formando há 63 anos profissionais da agropecuária que vão atuar no mercado de trabalho de Mato Grosso e de outros Estados vizinhos de forma a dar ao curso oferecido por esse centro o reconhecimento por formar bons profissionais o que leva a acreditar que fazer um curso profissionalizante proporciona ao aluno o sonho de trilhar um espaço profissional com maior facilidade, uma vez que foi preparado para atuar numa determinada profissão, neste caso a de técnico em agropecuária.

Os alunos entrevistados relatam que para trilhar esse caminho até chegar ao mercado de trabalho as “redes” voltam aparecer, pois praticamente todos tiveram apoio para que pudessem realizar o estágio obrigatório para a conclusão do curso técnico e bem com para entrada no mercado de trabalho, tudo isso através da Coordenação de Integração Escola Comunidade, setor responsável dentro do Cefet-Cuiabá por estágios e empregos.

Nessa coordenação, os alunos têm ajuda para conseguir estágios e oportunidades de trabalho. Lá os alunos preenchem um cadastro, dando sugestões de áreas que pretendem atuar, como por exemplo: produção de grãos, manejo de gado de corte, manejo de gado leiteiro, laticínios e outros.

O estágio segundo o Regimento Interno do CEFET Cuiabá no Art. 176, parágrafo único fala:

O Estágio Curricular Supervisionado tem por finalidade oferecer ao aluno a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos técnicos, bem como as relações sociais que se estabelecem no mundo de trabalho, possibilitando o desenvolvimento

da visão crítica sobre o sentido social do exercício da sua futura profissão.
(REGIMENTO INTERNO DO CEFET CUIABÁ)

Art. 177 – O Estágio Curricular Supervisionado compreende o período de aprendizado na empresa, e/ou instituição e/ou propriedade, sedimentando na prática os conhecimentos adquiridos e fornecendo a oportunidade do aluno familiarizar-se com o ambiente de trabalho, melhorando seu relacionamento humano e evidenciando seu potencial para o crescente desenvolvimento profissional.
(REGIMENTO INTERNO DO CEFET CUIABÁ)

O responsável pelo setor tenta, na medida do possível, colocar os alunos para estagiarem e até mesmo quando indicam para trabalho nas áreas escolhidas ou que tenham mais proximidade com o interesse do aluno.

Ao sair para estágio, o aluno recebe uma pasta e uma carta de apresentação, visto que um contato já fora realizado anteriormente com a empresa através desse setor.

Na pasta, constam folhas com instruções sobre o relatório a ser desenvolvido durante o estágio e que será também usado na defesa para uma banca do Cefet-Cuiabá, folhas para o relatório semanal das atividades e fichas de avaliação que serão preenchidas pelo responsável da empresa, ou pelo supervisor de estágio da empresa e outra pelo próprio aluno como uma auto-avaliação.

Ao analisar as entrevistas, percebe-se o quanto esse setor foi importante para os alunos, funcionando como uma rede que os manteve ligados com a escola e a empresa onde estagiaram.

Tive, tive sim, da escola principalmente, porque tinha o setor de estágio, a gente ia lá preenchia uma ficha e a senhora entrava em contato com as empresas e depois dava a resposta e encaminhava a gente para fazer o estágio (AFG).

foi através da escola mesmo que consegui o estágio (MLG).

Percebendo a importância desse setor para os alunos entrevistados, voltamos até ele para perguntamos ao responsável quais eram os procedimentos de escolha dos alunos para as empresas, ela nos respondeu:

“primeiramente converso com o aluno e explico o que é o estágio, após essa conversa entro em contato com as empresas. Quando vou indicar um aluno para emprego utilizamos o sistema de seleção da própria empresa, interesse do aluno e procuramos dois ou três professores para que nos informe os

alunos que tiveram melhor desempenho e afinidade com a área oferecida, para emprego, pela empresa.” (M.J.Q.D.)

Durante a análise dessa fala percebeu-se que ela pede ajuda a outras pessoas para proceder na seleção, sendo elas professores das disciplinas técnicas, ou seja, de formação profissional. De posse dessa informação perguntamos a alguns professores quais eram os critérios que usavam para indicarem alunos para estágio e/ou emprego.

“como critérios, geralmente a empresa já caracterizava alguns pontos, como: responsabilidade, desempenho, criatividade, origem (muitas vezes do meio rural) e com base nisto fazemos uma relação normalmente com as notas, comentários dos professores e observamos o currículo escolar.” (U.N.S.)

“os principais critérios por ordem decrescente de prioridades são: responsabilidade; capacidade de relacionamento humano; capacidade de liderança; afinidade para com a atividade e conhecimento técnico.” (J.L.B.)

“os critérios usados por mim foi conhecer o aluno, onde pesou o respeito ao próximo, responsabilidade, assiduidade e capacidade de soluções de problemas e empatia.” (J.U.O)

Com os critérios estabelecidos pelos professores percebeu-se que a relação professor – aluno deve ser bem estabelecida para que o professor possa conhecer de fato os alunos e suas características pessoais. Como os meus sujeitos de pesquisa são oriundos de uma escola agrícola em regime de internato perguntei aos professores como eles vêm ou percebem essa relação professor- aluno no CEFET Cuiabá, pois através dessa relação é que poderia ou não perceber um estabelecimento de redes entre eles.

“com amizade, diálogo e confiança, mas cada um respeitando seus direitos e deveres” (M.J.Q.D.)

“o professor deve conhecer seus alunos, promover uma condição de diálogo, e que esses alunos sintam na pessoa do professor uma pessoa de confiança e até mesmo onde possa, além da sala de aula, ser aquele que orienta, que conversa, que facilita as ações desses no seu dia-a-dia.” (U.N.S.)

Telles (2003) observa que segundo teorias sociológicas, redes sociais têm importância vital para obtenção de empregos. Segundo ele pesquisa recente na área de sociologia econômica mostra que a contratação, mesmo em setores de empregos modernos nos Estados Unidos, continuam a ser guiadas por ligações sociais. Devido ao grau de personalismo e clientelismo no sistema social brasileiro, as redes sociais são especialmente relevantes para aqueles que buscam emprego (p.246).

Ah professor foi bem assim, eu tava estudando ainda quando um tio me falou que conhecia um Engenheiro Agrônomo e que tinha falado pra ele de mim, que eu estudava em São Vicente e já tava terminando o curso, daí ele falou que se eu quisesse fazer estágio com ele eu podia. Deu certo eu peguei minha pasta de estágio e fui trabalhar com ele como estagiário (BDG).

O estágio foi uma coisa assim que é, o início eu queria muito fazer, porque eu fiz no Indea, aqui em Cuiabá, ai eu tenho um conhecido o Gonçalo, aquele que trabalhava lá em São Vicente, ele tinha passado pro Indea, ai eu entrei em contato com ele, ai ele arrumou pra pagar estágio ai no Indea (CLES).

Eu tive certa facilidade, foi indicação de um amigo meu que era veterinário e ele conhecia o proprietário e ele tava implantando o programa de inseminação na propriedade e ele conseguiu, precisava de inseminador e ai conseguiu estágio pra mim. (F.R.A.C.)

Através das falas dos alunos percebe-se que a relação de amizade, com pessoas fora do meio familiar e quando da família já não sendo os pais, pode gerar uma relação de relevância para uma oportunidade de mostrar o conhecimento e o profissionalismo no mercado de trabalho.

O estágio pode de certa forma contribuir para que os alunos tivessem antes um contato com o espaço profissional que exerceriam após a conclusão do curso, observou que para muitos deles esse estágio foi importante, pois puderam ver as dificuldades e como era o mercado de trabalho para o técnico agrícola, fazendo cumprir o que fala o Regimento Interno do CEFET Cuiabá com relação ao estágio.

O estágio foi de fundamental importância para a gente poder associar, né, além de poder associar o conteúdo teórico com a prática a gente pode ter experiências a campo, o meu estágio foi em inseminação artificial em uma propriedade rural, no Sul do estado, então a gente pode vivenciar assim a

responsabilidade de gente grande, quando a gente era ainda recém formado.
(FRAC)

Eu fiz meu estágio em fazenda lá em Campo Verde, trabalhava com soja, gostei muito, era cansativo, mas aprendi bastante. Depois a escola me arrumou um estágio em Primavera também pra trabalhar com lavoura, aprendi mais um pouco sobre máquinas, mecânica coisa que a gente não vê lá na escola, você sabe né? Eu acho que o estágio foi muito importante pra mim porque como já te disse eu aprendi bastante (AFG)

Através do estágio foi possível para alguns alunos uma colocação no mercado de trabalho, pois como já conheciam as pessoas da empresa e tiveram a oportunidade de mostrarem seu desempenho profissional, já permaneceram na empresa como funcionários.

Na Bunge Alimentos eu fiz o estágio, e trabalhei lá mesmo, e trabalhei também na “Delicious Fish” – (então terminou o seu estágio e você já ficou?)
- Já fiquei trabalhando lá na Bunge Alimentos (L.R.T).

Bom, depois que eu terminei o meu curso, teve a formatura eu recebi uma proposta pra trabalhar na fazenda lá em Primavera onde fiz o estágio mesmo, o pessoal de lá gostou do meu trabalho, o dono né? Então eu fui pra lá. Só que agora eu já tava formado, então as pessoas já me respeitava mais, dava mais atenção quando eu falava, só vendo professor (A.F.G.)

Ao concluir o curso o fantasma do desemprego também ronda a trajetória profissional percebemos isso em apenas um dos alunos entrevistados, com se percebe na fala dele.

Falar do trabalho meu? (é, de quando você começou a trabalhar, não mais como estagiário) Ah bom, olha professor quando eu terminei o curso técnico eu voltei pra Barão, lá demorou pra eu encontrar um serviço, ah o senhor sabe Cidade pequena não tem muito a oferecer, daí fiquei com meu pai, lá no sítio plantei uma horta, cuidava da criação e ajudava ele também na pesca...
(B.D.G)

Com base na fala desse aluno perguntou-se aos professores como eles percebem, hoje, o mercado de trabalho para o técnico agrícola no estado de Mato Grosso.

“Existe muita procura por bons profissionais, infelizmente a maioria dos recém formados estão procurando formação superior. Por outro lado, acho

que o aumento da oferta de profissionais de nível superior tem reduzido a faixa salarial e aumentado a concorrência nas vagas disponíveis no agronegócio, exigindo cada vez profissionais com mais experiência”.

E mesmo com a depressão no agronegócio temos verificado em nossa instituição, maior oferta de emprego do que candidatos dispostos assumilos.”(J.L.B.)

“Com a crise do agronegócio houve uma certa retração na procura por técnicos, mas o mercado de trabalho é bom e está cada vez mais exigente, isto é, procurando profissionais bem preparados e que estejam dispostos a aprenderem e” vestir a camisa” da empresa onde estarão trabalhando.” (V.D.S.)

“Pelos ofertas de empregos que temos recebido, acredito que não está trabalhando aquele ex-aluno que não quer atuar na área.” (M.J.Q..D.)

“Vejo hoje com uma diminuição, tendo em vista a crise em que passa principalmente a cadeia produtiva desse país, e repercute acentuadamente aos nossos egressos, pois são produtores, indústrias, empresas de produtos agropecuários as que mais contratam, além de empresas de assistência técnica e extensão rural. Daí vem os serviços temporários, a não exigência de mão-de-obra qualificada, os salários não compatíveis com a profissão. Mas campo ainda existe, principalmente nos municípios que hoje crescem no país, apesar do anseio de verticalizar os estudos, pois como Técnico agrícola fica difícil sobreviver, além do anseio de melhorar profissionalmente.” (U.N.S.)

Observa-se na fala dos professores que o mercado continua a absorver os profissionais formados para atuarem como técnicos agrícolas, apesar de muitos preferirem continuar os estudos ou de estabelecerem residência nas cidades.

Quando se perguntou aos alunos sobre a trajetória deles no mercado de trabalho, praticamente todos confirmam que as redes estabelecidas facilitaram esse acesso, como se pode ver na fala dessa aluna.

A minha entrada no mercado de trabalho acho que não foi tão difícil, mas eu tive ajuda, porque logo que eu formei, fiquei um tempo trabalhando lá na escola como secretária, num tinha nada a ver com a área da agricultura, Ai depois de seis meses, de secretária ai eu fui trabalhar no laboratório de solos, lá em São Vicente mesmo na escola, mas assim eu conheci o pessoal do movimento sem terra, porque a Dora trabalhava, a Dorinha, você lembra dela,

Trabalhava com o movimento em Rondonópolis ai conheci eles através dela, ai eu conheci eles, ai eu consegui um contrato pra trabalhar com eles, ai eu fiquei no laboratório de Solos, porque era tipo um convenio que eles tinham com a escola, o movimento sem terra com a escola, ai então eu seguia a questão da análise de solos pra eles, então era uma troca de favores, tipo assim, Daí eu fiquei um tempo nesse laboratório, porque também fui fazer UNIC, nessa época passei lá, então fiquei seis meses no laboratório, ai como não dava certo mais pra mim ficar, porque o convenio tinha acabado com a escola, ai eles me deram a proposta de eu ir trabalhar a campo, No assentamento, assistência técnica ou tipo sair. Daí então eu preferi trabalhar a campo, ai fui pra Rondonópolis nessa época, ai eu trabalhei na área de assentamentos rurais, tipo assim dando assistência técnica para as famílias da agricultura familiar (C.L.E.S.)

Na fala dessa aluna a “rede” estabelecida entre ela, escola e o meio social mostra a importância na sua trajetória profissional.

Ter um espaço no mercado de trabalho, conseguir se colocar nesse espaço para os alunos entrevistados as “redes” estabelecidas durante a trajetória de vida escolar e social proporcionaram uma facilidade maior para se fazerem presente no mercado de trabalho, pois como já observou Telles (2003) essas “redes” são de grande valia para quem busca um emprego no mercado de trabalho brasileiro.

4.3 A trilha continua na jornada da vida

Em 1950, Azevedo já afirmava que, na Bahia, “a educação é um fator de forte influência para aquisição de status entre pessoas de cor” (p.115).

A educação tem grande importância no que se refere ao processo de ascensão dos indivíduos ou grupos, principalmente para a população negra, visto que a mobilidade social ascendente representa o processo pelo quais mudanças nos níveis sociais são possíveis. No entanto, pretos e pardos vêem suas possibilidades de ascensão bastante limitadas quando comparadas com o grupo branco.

Mesmo assim, quando nossos entrevistados falam sobre os sonhos, os projetos, sobre o futuro dão a entender que procuram se manter no mercado de trabalho como pessoas que romperam essa barreira, sendo bons profissionais e chefes de família.

Neste trecho da pesquisa veremos o que os alunos têm como projeto para o futuro, quais as expectativas para a carreira profissional.

Para Velho (1999) projetar refere-se a um fruto de construção histórica e cultural.

O projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscritos historicamente e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais (p.270).

O projeto também se dá em torno de uma dinamicidade, mudando e sendo transformado pelos autores conforme sua biografia.

No projeto para o futuro os alunos entrevistados nessa pesquisa indicam que seguir o caminho acadêmico não é apenas uma vontade, mas muito mais que isso, deve ser encarado como uma necessidade para se ter uma ascensão social e profissional.

O estudo é apontado como resposta por maioria dos alunos como uma expectativa de melhoria na carreira profissional.

Eu quero voltar a estudar, mas fica difícil pra mim, porque o hotel fica longe da cidade, e eu vou pra cidade de 15 em 15 dias, e lá no Barão não tem ainda uma faculdade, quero fazer veterinária ou até mesmo agronomia, não sei ainda (B.D.G).

quero fazer um curso superior, tipo uma faculdade de administração, mas vai demorar um pouco (...) esse curso superior que eu quero fazer é pra melhorar no meu salário e quem sabe consigo até uma promoção boa (E.P.M).

Tipo assim de agora pra frente, de agora em diante, eu espero assim que é há mais oportunidade de trabalho, ainda mais agora tendo outra formação de nível superior eu acredito que eu consiga, tipo assim eu abrir novos horizontes, ter mais oportunidades de trabalho, de emprego e tipo assim trabalhar numa expectativa de mudar mesmo, de contribuir com a agricultura, melhora essa questão da agricultura, eu tenho a expectativa de trabalhar com a questão orgânica, até porque to fazendo um curso voltado para a área agroecológica, eu tenho objetivo assim de conhecer mais a área da agroecologia (C.L.E.S).

As aspirações a uma formação acadêmica ficam distantes para alguns alunos quando pensam no vestibular e admitem ter que estudar para que possam entrar em um curso de nível superior, demonstrando insegurança por não considerarem suficientemente preparados.

Tenho que fazer um cursinho porque já esqueci tudo e pra fazer um bom vestibular tenho que revisar Matemática, química, biologia é o que pesa mais eu acho (B.D.G).

[...] mas vai demorar um pouco, porque vou terminar minha casa primeiro e porque a mensalidade é um pouco salgado pro meu bolso (e a UFMT?) ah professor lá eu não consigo entrar, vou ter que fazer um cursinho bem feito, é muito concorrido, não dá pra mim não (E.P.M).

A vantagem de se ter um curso superior chega a nem ser cogitada por um dos entrevistados, pois acredita que não vai mudar muito o já vivencia na profissão, por outro lado percebe que vê no estudo a possibilidade de uma vida melhor quando se preocupa com o futuro dos filhos.

Eu quero continuar nesse emprego mesmo, terminar minha casa e dar um bom futuro para os meus filhos. (você não pensa em voltar a estudar?) Não, isso não é pra mim, não gosto muito de escola, mas quero muito que meus filhos estude para ser alguém (A.F.G.).

Outros alunos percebem a importância de se ter um curso superior e driblam as dificuldades do dia-a-dia arrumando estratégias para conseguirem um diploma do curso superior.

Olha eu acredito que vai melhorar muito porque já surgiu área de trabalho pra mim, então só que eu não posso trabalhar ainda por causa que meu curso é incompleto, então a partir do momento que eu começar já ta concluindo ele, eu já vou poder trabalhar – Que curso? Que é na área de pesquisa, que o curso de Biologia, na Univag, que é no sábado e domingo, então surgiu a oportunidade de trabalhar com pesquisa, mas só vou poder trabalhar a partir do momento que eu concluir o curso. – Por que estudar sábado e domingo? Por causa de segunda a sexta eu trabalho no assentamento agrícola onde eu moro, então eu mesma trabalho no sítio, o sítio é meu, então eu tenho que assim, a obrigação através do Incra eu mesma morar no sítio, trabalhar nele, produzir tudinho e comercializar, então pra mim estudar de segunda a sexta e muito cansativo, e o curso que eu tenho só tem á noite, então final de semana pra mim é melhor, porque ai tem como alguém ficar tomando conta do sítio no sábado e domingo e ao mesmo tempo eu estudar e tomar conta do sítio. Com esse curso as oportunidades é melhor, por causa que no assentamento onde eu moro eu posso dar aula e os professores vem de fora, então o quê que eles procuram, é pegar pessoas aptas dali da região mesmo pra trabalhar em

vez de chamar, de ta chamando, pessoas de fora, porque o gasto é maior (A.A.E.S.)

Pretendo agora fazer um curso na área de informática, um curso superior, graduação na área de informática mesmo só que ainda to vendo as possibilidades que nem, pra mim fica um pouco, o local onde moro, por eu já ser casado, tenho um filho e já ta esperando outro. Então eu não posso largar do meu serviço e falar eu vou estudar, então eu to pretendendo não sei se vai ser possível, se eu vou conseguir, mas to querendo fazer agora o ENEM, para ver se consigo uma bolsa na PROUNE, e ai é mais fácil pra mim entrar numa escola boa, particular, na área de informática pra mim seria mais fácil. E que geralmente tem no período noturno, geralmente em escola particular tem quase todos os cursos que eles disponibilizam, eles têm no período noturno, que é o período que eu posso estudar, é no período noturno, então, eu quero aproveitar essa chance pra ver se eu consigo entrar para estudar (L.R.T).

A educação pelo que pode notar nas falas dos entrevistados foi uma das formas encontradas para representar um processo de mudança nos níveis de desigualdade social e têm ciência de que a educação e a escola encontram-se diretamente relacionados com emprego e salário. Ou seja, “estuda-se mais para se chegar a galgar melhores empregos e melhores níveis de renda”. (TEIXEIRA, 2003, p.191)

4.4 Mobilidade social para trilhar novos caminhos

Segundo Telles (2003) ao contrário das medidas de desigualdade racial que evidenciam o grau de desigualdade em um determinado instante, têm-se as medidas de mobilidade social que conseguem evidenciar o movimento realizado por negros e brancos de um *status* sócio-econômico a outro.

Falar sobre mobilidade social é adentrar na Sociologia do desenvolvimento.

Uma sociedade sem mobilidade, segundo Pastore (1979) seria uma sociedade parada, que fica só reproduzindo sua estrutura social ao longo do tempo e, assim, oferecendo muito pouco em termos de promoção humana e progresso social.

“As sociedades humanas se desenvolvem socialmente na medida em que elevam o padrão de vida de sua população e equalizam sua estrutura social, sendo que a

mobilidade social constitui o principal mecanismo dessa equalização” (PASTORE, 1979, p.03).

Para o autor o estudo da mobilidade social refere-se à mudança de *status* social e que a mobilidade vertical² seria o tipo que melhor desempenha a função de indicador social, ou seja, esse tipo permite observar a transição de um indivíduo (ou de grupo) de um nível social para outro.

Pastore considera *status*, dentro do ponto de vista macrossocial, como a posição que o indivíduo ocupa na hierarquia social de um dado sistema de estratificação social e que as normas ou critérios de estratificação social variam de sociedade para sociedade, de época para época.

Nas sociedades mais dinâmicas e industrializadas, o *status* individual tende a basear-se bastante em critérios *adquiridos*, ou seja, em características que o indivíduo pode adquirir ao longo de sua carreira como, por exemplo, educação, profissão, informações, etc. Nas sociedades mais estáticas e menos industrializadas o *status* individual tende a atrelar-se a critérios *atribuídos* como, por exemplo, a herança, cor, religião, filiação política, etc. (PASTORE, 1979, p.10)

Essa característica pode ser percebida nas falas dos entrevistados quando narravam suas origens, a dos seus familiares, as profissões dos pais, o que nos permitiu analisar a mobilidade social dos entrevistados ao longo de suas trajetórias narradas nas entrevistas.

Para essa tarefa montou um quadro referente à ocupação dos pais dos entrevistados. Os dados referentes às ocupações foram obtidos através das entrevistas e durante as análises das fichas encontradas nas pastas de matrículas arquivadas na secretaria do Cefet-Cuiabá, esse tipo de informação nos permite levantar segundo Pastore (1979) até que ponto os indivíduos nascidos ou iniciados nos vários níveis de *status* chegam a pontos diferentes de destinos.

² O estudo de mobilidade vertical relaciona a posição social presente com a do passado, procurando identificar de que modo os indivíduos vão-se distribuindo nos vários níveis da estrutura social através do tempo, qual o peso da herança social, dos recursos individuais e das oportunidades econômico-sociais proporcionadas pela sociedade naquele período de tempo. PASTORE, 1979, p.3.

Tabela 04 - Ocupação dos pais dos entrevistados.

Alunos	Pai	Mãe
F.C.A	médico	Do lar
C.L.E.S.	vigilante	Do lar
M.L.M	sitiante	Do lar
E.L.A.	sitiante	professora
A A. E.S.	Auxiliar de serviços gerais	Do lar
L.R.T.	vigilante	Do lar
O.S.	-----	doméstica
E.S.M.	sitiante	Do lar
G.O.T	sitiante	Do lar
B.D.G	pescador	Do lar
A.F.G	sitiante	Do lar
M.S.S.	vigilante	Professora
E.P.M.	sitiante	Do lar

Através desse quadro pode-se perceber que muitos dos alunos envolvidos nessa pesquisa têm na sua trajetória de vida a experiência agrícola e isso pode ter influenciado na escolha por fazer um curso profissionalizante voltado para as questões do campo, como se percebe nas falas:

e meu pai num precisava preocupa comigo e nem gastar muito comigo, porque ele é pescador, professor, ele pesca e tem uma roça bem pouco lá no Barão, planta alguma coisinha, cria umas galinha, porco, pra nós mesmo.(B.D.G.)

Bom primeiro foi porque eu gostava muito da área agrícola (A.F.G.)

eu gostar, ter afinidade com a área técnica eu procurei um segundo grau profissionalizante (F.R.A.C.)

Pastore e Silva (2000) apud Telles (2003) ao analisarem a mobilidade social do Brasil através dos dados da PNAD (1996) notaram que as desigualdades entre negros e brancos na ocupação de *status* estavam centradas na escolaridade o que vem apresentar, também, nas análises das entrevistas dessa pesquisa.

O quadro nos mostra que apenas o pai de um tem uma profissão profissional bem reconhecida no mercado de trabalho tanto no campo social como no econômico e isso pode

ter ajudado para que esse aluno dentro de um campo de possibilidades pudesse galgar um status melhor, como se percebe em suas narrativas:

(...) quando eu terminei o meu curso técnico lá em São Vicente eu participei de um intercambio de jovens do Rotary Club e quando eu retornei ao Brasil eu comecei a fazer faculdade, e agora eu to no meu primeiro ano no mercado de trabalho, mas como médico veterinário, a área técnica eu utilizo mais na propriedade rural que a gente tem, mas nunca cheguei a atuar no mercado como técnico em agropecuária (F.R.A.C.)

Para Velho (1999) isso seria o campo de possibilidades que trata do que é dado com alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura.

O autor ainda coloca que existe de um lado uma percepção de fatores e forças externas que atuam sobre a vida das pessoas em formas de ameaças, impondo limites, criando dificuldades, havendo uma expressão de impotência para resolver questões que atingem o cotidiano e por outro lado, há a deliberação de armar estratégias, literalmente de sobrevivência, através da qual o indivíduo, de certa forma, atua como sujeito.

Existe um inconformismo com a situação, gerando um movimento de afirmação com a procura de providências para garantir não só mais a sobrevivência no sentido estrito, mas a possibilidade de exercer um estilo de vida (VELHO, 1999, p.126).

Percebe-se, assim, que a mobilidade social e o campo de possibilidades posto para o aluno F.R.A.C. foram mais ricos do que para os outros entrevistados, como poderá ser notado nos parágrafos que seguem.

Para estudar essa diferença foram selecionados trechos das entrevistas de outros alunos que serão usadas como exemplos para se entender a mobilidade social, dentro de outros campos de possibilidade.

Ao entrevistar a aluna M.L.M. percebeu-se em uma de suas respostas que a origem familiar dela era agrícola.

“é a minha família é de origem agrícola, sempre foi.”

Na observação na ficha de matrícula que se encontra nos arquivos da Secretaria de Registros Escolares do Cefet-Cuiabá constatou-se de fato que era filha de pequenos produtores.

Levando em consideração que os pais são pequenos produtores nos permite analisar a trajetória de mobilidade social dessa aluna que demonstra uma ascensão no seu *status* que pode ter feito a diferença quando ela voltou para o meio familiar, percebe-se isso quando ela fala.

“eu fiz esse curso, fiz biologia, fiz o técnico agrícola, eu acho que eu tenho muito ainda que passar de informações para muitas outras pessoas.”

“logo que eu sai de São Vicente já me convidaram pra dar aula, e eu comecei dando aula e depois eu não consegui mais assim, é... sair e fiquei seis anos direto, dando aula- Ciências, ciências e eu dava prática agrícola também na escola.”

Segundo Pastore (op.cit.) quando um indivíduo muda de uma ocupação de status baixo para uma outra melhor, esse mudança tende a ser acompanhada de vários ganhos em termos de oportunidades econômica, educacional e social, assim como as mudanças de valores, de atitudes e de horizonte cultural.

A aluna através do estudo pode proporcionar sua mudança de status e de mostrar a outros que estiverem na mesma condição dela de negra e mulher de que é possível galgar melhores posições na sociedade que ai está posta.

Com a aluna A.A.E.S. percebeu-se também que a educação fez e vem fazendo parte na sua mudança de *status*, ela fala que também vem de origem agrícola.

“eu sou de uma família de pequenos produtores.”

Porém quando foi analisada a sua ficha de matrícula observou que o pai era funcionário público federal, exercendo a função de serviços gerais e a mãe dona de casa.

Um ponto nos chamou a atenção quando ela narra que tem um sítio.

“eu trabalho no assentamento agrícola onde eu moro, então eu mesma trabalho no sítio, o sítio é meu, então eu tenho que assim, a obrigação através do Incra eu mesma morar no sítio, trabalhar nele, produzir tudinho e comercializar”

E a partir disso nos interessou quando ela nos conta que faz o curso de Biologia nos finais de semana “faço o curso de Biologia, na Univag, que é no sábado e domingo” A partir desse curso ela comenta que poderá trabalhar com pesquisa e que as oportunidades serão melhores porque no assentamento onde mora poderá dar aulas, uma vez que, segundo ela, os professores têm vindo de fora para trabalhar. No discurso dessa aluna fica claro o quanto ela poderá usar da mobilidade social para mudar o seu *status* perante o grupo de assentados do qual faz parte e também estar contribuindo para que outros também mudem.

Para o aluno O.S. assim como nos colocou Velho (1999) o campo de possibilidade foi visto como estratégia para sobrevivência e através da oportunidade de estudar trouxe para ele a possibilidade de reverter o quadro social posto para si quando criança, como podemos perceber na sua fala:

Comecei a trabalhar na minha infância, vendendo salgados nas ruas de Jaciara, para ajudar no sustento de minha família [...] Três anos antes de entrar na EAFC (1994), troquei as vendas de salgados pelo corte de cana. Durante o dia eu trabalhava nos canaviais e a noite eu estudava [...] 1996 conclui o curso Técnico em Agropecuária. Com o mesmo esforço da minha família em 2002 conclui o Curso Superior em Licenciatura em Ciências Agrícolas e 2005 Engenharia Agrônômica. (O.S.).

Para Pastore a educação constituiu um dos principais recursos individuais para aproveitamento das oportunidades de emprego e, conseqüentemente, para ascensão social e em outros termos ele explica que certas oportunidades ocupacionais, a conquista do emprego e a passagem para ocupações de status mais alto estão bastante associadas ao nível de educação do indivíduo.

Através das entrevistas pôde-se perceber que para esses alunos egressos do Cefet-Cuiabá a educação ainda é um fator importante no campo do trabalho, o que nos leva a concluir que têm a noção de que através da educação poderão continuar trilhando uma trajetória ascendente na jornada da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a trajetória dos alunos negros egressos do Cefet-Cuiabá oportunizou-me desvendar e analisar os fatores que contribuíram para que esses alunos adentrassem no mercado de trabalho.

Para entender a questão do negro no mercado de trabalho nos fez rever primeiro o papel do ensino técnico de nível médio do nosso país, revendo sua história, seus objetivos e para assim analisar com mais segurança a fala dos alunos quando respondiam sobre o porquê de ter escolhido fazer o ensino técnico oferecido pelo Cefet-Cuiabá, quando, ainda, no período escolhido para estudo, era conhecido como Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá.

Ter o ensino médio integrado ao ensino profissionalizante é uma característica dos Cefets Agrícolas, uma das razões para esse tipo de ensino seria a localização desses Centros, pois na maioria das vezes ficam distantes das cidades, levando o aluno a ter que permanecer na escola no regime de internato ou semi-internato.

Fazer um curso técnico, hoje, conforme fala dos nossos entrevistados é uma oportunidade a mais que se tem para conseguir uma vaga no mercado de trabalho, pois ao mesmo tempo em que se faz o ensino médio o aluno também recebe uma formação profissional e isso tem feito do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá uma referência para o estado de Mato Grosso, pois sob o lema “aprender a fazer, fazendo” tem colocado bons profissionais no mercado de trabalho e como se pode observar nas falas dos professores o mercado de trabalho para o técnico em Agropecuária apresenta muitas oportunidades boas.

Ao analisar os dados referentes a esse nível de ensino percebeu-se que houve uma ampliação no número de matrículas, porém temos, ainda, um número significativo de jovens fora da sala de aula e quando desmembramos essa análise por cor os dados nos mostram que a população negra encontra-se em desigualdade com relação à população branca no quesito educação, pois à medida que aumenta o nível escolar, diminui o índice de alunos negros.

Estatísticas apontam que no ensino médio a proporção de alunos negros é de 43,9% o que nos permite comparar com os dados levantados no Cefet-Cuiabá através das fichas de alunos egressos do período de 1995 a 1999 e para nossa surpresa os dados de Escolas Federais

do Censo Escolar de 2005 falam que mais da metade dos alunos de escolas federais não declararam sua raça/cor o que dificulta fazer um estudo melhor sobre a situação dos negros no ensino médio de Escolas da Rede Federal de Ensino.

Dentro do universo de 425 fichas analisadas o número de alunos brancos era maior que o número de alunos negros, entendendo que negro nessa pesquisa é a representação de pretos, pardos e mulatos, o que nos leva a concordar que quanto mais se aumenta o nível de escolaridade mais se branqueia o gráfico.

Outro ponto a salientar foi o momento da classificação por cor dos sujeitos da pesquisa, para isso utilizaram-se as fotos 3x4 que se encontravam nas pastas dos alunos. A classificação se deu com base nas categorias de cor do IBGE, acrescida do termo mulato. Essa ação foi realizada apenas pelo pesquisador e em segundo momento pelos entrevistados através de perguntas abertas e fechadas feitas no decorrer das entrevistas.

A identificação dos sujeitos por cor não foi uma tarefa fácil, nem por parte do pesquisador nem pelos entrevistados, que ao responderem ao questionamento da pergunta aberta demonstravam incertezas quanto à cor que usariam para sua autoclassificação e dos seus familiares e acabavam optando pelos termos como moreno claro, moreno queimado e outros.

Ficou visível que os termos negro e moreno tiveram mais aceitação por parte dos entrevistados nessa etapa da pesquisa, até porque esses termos têm melhor aceitação na mídia e no dia-a-dia na sociedade, ou seja, eles ficam livres dos pejorativos que o termo “preto” carrega, pois chegamos a ouvir que preto não era cor, que isso sim era racismo, usar o termo preto para classificar alguém.

Esse tipo de levantamento nos levou a refletir sobre a importância que se tem de informar a população sobre a necessidade de apreciação dos dados sobre cor no Brasil e estimular a produção de pesquisa sobre as dimensões antropológicas e sociais no processo do brasileiro se auto-classificar e classificar o outro por categorias de cor sejam elas abertas ou fechadas.

Ao perguntar aos entrevistados qual era a visão que tinham sobre o termo identidade percebemos que eles não faziam uma relação com raça e cor, mas usaram muita a questão da personalidade, da moral, da boa conduta e ficou muito clara a importância que a família teve na formação dessa identidade.

A discriminação é posta como uma realidade, ou seja, que ela está presente em nossa sociedade, às vezes mais sutil, velada ou às claras para que todos a percebam.

Nas entrevistas percebeu-se que os egressos têm conhecimento da discriminação para com o negro, mas que no mercado de trabalho onde atuam apontam que existe muito mais com relação à pobreza, a questão de gênero e com pessoas que não têm estudo, conhecimento sistematizado.

A trajetória profissional desses alunos é vivenciada por muito esforço, força de vontade e por um grande sistema estabelecido de relações, sejam elas de caráter familiar, institucional ou profissional. Essas relações abriram portas e mostraram possibilidades a esses alunos de estabelecerem projetos e acreditarem que uma mudança na vida seria possível.

Através das “redes” vimos as oportunidades que muitos deles tiveram para estudar no Cefet-Cuaibá, de realizar um bom estágio e da possibilidade de entrarem no mercado de trabalho exercendo a profissão de técnico agrícola.

A mobilidade social é assim percebida quando vemos que nossos egressos foram capazes de mudar seu status social, fazendo o diferencial quando, já formados, voltam para suas famílias e estabelecem projetos para o futuro, quando pensam em fazer uma faculdade ou de montarem seu próprio negócio.

A pesquisa realizada com esses alunos negros egressos do Cefet-Cuiabá com intuito de estudar a trajetória profissional alcançada por eles acabou nos mostrando que a educação profissional contribuí para uma inserção bem sucedida no mercado de trabalho e que os sujeitos dessa pesquisa puderam através dessa formação alcançar dignidade, auto-respeito e reconhecimento social como seres produtivos.

A educação para o trabalho cumpre o seu papel através do eixo da política da igualdade como princípio orientador da educação profissional, conforme a LDB, o que nos leva a acreditar que é uma forma de repararmos o que a história tem nos mostrado sobre a realidade da população negra em nosso País.

O começo desse reparo já está posto que são os trabalhos acadêmicos desenvolvidos nas instituições públicas ou privadas, apesar de serem poucos, mas que sugerem mudanças e mostram que pessoas, como as ouvidas nas entrevistas dessa pesquisa, são vencedoras e têm uma trajetória de vida que serve de lição para muitos que ainda tem aquele “ideal” de que o branco sobre põe o preto em situações diversas em nossa sociedade.

Penso, assim, que o trabalho apresentado poderá contribuir para que ações que visam políticas públicas de ação afirmativa possam ser implementadas com intuito de diminuir, ou até mesmo de acabar com as diferenças entre negros e brancos na educação e no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Assunção José Pureza. **Da senzala à vitrine: relações raciais e racismo no mercado de trabalho em Belém**. Belém: Cejup, 2004.
- ANDREWS, G.R. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru, SP: EDUSG, 1988.
- BECKER, Howard. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação – Uma introdução à teoria e aos métodos**. Trad. Maria João Álvares et alli. Ed. Porto Editora, 1994.
- BELTRAO, Kaizô Iwakami; TEIXEIRA, Moema de Poli. **O vermelho e o negro: véis de cor e gênero nas carreiras universitárias**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BENTO, Maria A. Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In CARONE, Iray, BENTO, Maria A. Silva (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis RJ; Vozes, 2002.
- BENTO, Maria A. Silva (Org.). **Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades / Centro de Estudos das relações do trabalho e Desigualdades e Conselho regional de Psicologia. 6ª Região, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.**
- BENTO, Maria A. Silva; CASTELAR, Marilda. **Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas**. Centro de Estudos das relações do trabalho e Desigualdades e Conselho regional de Psicologia. 6ª Região, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria A. Silva (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis RJ; Vozes, 2002.
- CAPOBIANCO, J. C. M. **Educação e comunicação: jovens da classe média em notícias jornalísticas sobre transgressão**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá-MT, 2004.

CARRANO, P. C. R. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTRO, Edmara da Costa. As denominações de cor no Brasil. In: MÜLLER, Maria Lúcia R. (Org.). **Cadernos NEPRE**. v. 01, n° 01 (jan-jun/2005). Cuiabá, MT: EdUFMT, 2005. pp. 44 –46.

_____. **Identidade e trajetórias de alunos negros na UFMT nos cursos de nutrição, enfermagem e medicina**. Dissertação. (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá-MT, 2005.

CASTRO, Nadya Araújo; BARRETO, Vanda Sá (Orgs.). **Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**. São Paulo: Annablume, 1998.

CASTRO, Cláudio de M; FRIGOTTO, Gaudêncio & COSTA, Darcy. **A criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro: reflexão sobre a reforma educativa, investimento em educação e transferência de tecnologia**. Fórum Educacional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, 1977.

CAPDEVILLE, Guy. **O Ensino Superior Agrícola no Brasil**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1991.

CEFET- Cuiabá/MT. **Projeto Político-Pedagógico**. Junho/2002.

DIEESE. **A população negra em mercados de trabalho metropolitanos: estudos e pesquisas**. ano I, n°3, nov.2004.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **ENSINO MÉDIO: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. 340p.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 3.ed., Petrópolis: Vozes, 1999a.

GOFMAN, Ervin. Estigmas. **Notas sobre a manipulação deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo, editora: 34, 1999.

_____. Democracia racial: o ideal, o pacto, o mito. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.) **Cadernos de Pesquisas: relações raciais e educação – Temas contemporâneos**. Niterói: EdUFF, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed., Tradução: Tomas Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Da Diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

IBGE: Rio de Janeiro, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico**. 2000.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

JESUS, Lori Hack. Jovens negros no ensino médio de Tapurah – MT. In: **trabalhando as diferenças na educação Básica lei 10639/03 no município de Cuiabá**. Documenta, maio, 2006, fascículo 01.

LIMA, J. P.; RODRIGUES, L. M.; CUNHA, T. F. da & TORRES, Y. A. **Técnicos para o desenvolvimento da agricultura**. Rio de Janeiro: ABCAR/IBGE, 1961.

LOBO, Eulália M. L. **História político-administrativa da Agricultura Brasileira (1808-1889)**. Rio de Janeiro: FGV/EIAP, 1980.

MARQUES, Abimael Antunes. **Aprendizado Agrícola “Guistavo Dutra”**: seu papel e importância no contexto agrícola de Mato Grosso (1943-1947) Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá-MT, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

_____. **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília: MEC, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social-teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. (Org.). **Estratégia e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. Teorias sobre o racismo. In: Hasenbalg, C. A. et. Al. Estudos & Pesquisas 4: **Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF, 1998, pp. 43-65.

_____. Construção da identidade negra no contexto da globalização. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). **Cadernos PENESB**, v. 04, Niterói: EdUFF, 2002.

_____. **Uma abordagem conceitual de noções de raça, racismo e etnia**. Palestra proferida no Seminário de relações raciais e educação, PENESB, 05/11/03.

MÜLLER, Maria Lúcia R. (Org.). **Cadernos NEPRE**. v. 01, n° 01 (jan-jun/2005). Cuiabá, MT: EdUFMT, 2005. pp 7 - 14.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. **Matins. Bourdieu & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

_____. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1998.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. IPEIA Texto para discussão, n. 996. Brasília, nov. 2003.

OLIVEIRA, Iolanda. **Desigualdades raciais: construções da infância e da juventude**. Niterói: Intertexto, 1999.

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz: EdUSP, 1979.

PETRUCCELLI, José Luís. **A Cor denominada um estudo do suplemento da pesquisa mensal de Emprego de julho de 1998**. Textos para discussão. Diretoria de Pesquisa, n° 03.

_____. **Mapa da cor no ensino superior**. Set. 2004.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **Bem-estar e Desigualdade racial em Mato Grosso**. Texto apresentado no curso de extensão

“Trabalhando as diferenças na Educação Básicas Lei N° 10.639/03 no Município de Cuiabá”. Cuiabá:Universidade Federal de Mato Grosso. 2005.

PEREIRA, Rosângela Saldanha. **Conexão entre desigualdade de renda, educação e mercado de trabalho:** o caso de Mato Grosso na década de 90. Dissertação, (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá 2002.

PINTO, Regina Pahim. A educação do negro: uma revisão bibliográfica. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, (62). Agosto/1987a.

PINHO, Vilma aparecida de. **Relações raciais no cotidiano escolar:** percepções de professores de educação física sobre alunos negros. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2004.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. In CARONE, Iray, BENTO, Maria A. Silva (Org.). **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis RJ; Vozes, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. Relações raciais escolar. In: **Cadernos de pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, nov. 1987.

REIS FILHO, José Tiago. **Ninguém atravessa o arco-íris:** um estudo de negros. São Paulo: Annablume, 2000.

SANTOS, Cássia Fabiane dos. **Negros na UFMT:** trajetória escolar de alunos dos cursos de História, Economia e Direito. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá 2004.

SANTOS, Tereza Josefa Cruz. Trajetórias de professores universitários negros em Mato Grosso. In In: MÜLLER, Maria Lúcia R. (Org.). **Cadernos NEPRE**. v. 01, n° 02 (jun/dez2005) e 03 (jan-jun/2006). Cuiabá, MT: EdUFMT, 2006. pp. 57-68.

SOUZA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal n° 10.639/03. Brasília: secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ Ministério da Educação, 2005.

SOUZA, Maria Ivonete. **Migração e rotatividade escolar na área madeireira de Sinop/MT.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá-MT, 2001.

SINTESE DE INDICADORES SOCIAIS. **Coordenação de população e indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TEIXEIRA, Moema de Poli. **Família e identidade racial: os limites da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda**. Rio de Janeiro. 1986. (Dissertação) Mestrado.

_____. **Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Tradução: Nadza Rodrigues Marques, Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2003.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1992.

VALANTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1987.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FONTES

A MAIOR DÁDIVA DO ESTADO NOVO A MATO GROSSO: a função do grande educandário como fator de criação de riquezas. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 10 de setembro de 1944, nº 1247, p. 1-8.

APRENDIZADO AGRÍCOLA “GUSTAVO DUTRA”. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 15 de outubro de 1944, nº 1270, p. 1-6.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. (Brasil). **A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)**. Brasília, 1987, 2v.

O APRENDIZADO AGRÍCOLA “GUSTAVO DUTRA” MARCHA RESOLUTO PARA O ADIMPLENTO DE SUA FUNÇÃO EDUCATIVA. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 17 de agosto de 1945, nº 1356, p. 1-5.

_____. (Mato Grosso). **Escritura de doação de cinco mil hectares de terras que faz Estado de Mato Grosso à União Federal**. Cuiabá, 1939, 1 f.

O APRENDIZADO AGRÍCOLA “GUSTAVO DUTRA” MARCHA RESOLUTO PARA O ADIMPLEMENTO DE SUA FUNÇÃO EDUCATIVA. **Programas de Ensino para os cursos dos Aprendizados Agrícolas**. Cuiabá, 1939, 48 f.

_____. (Mato Grosso). **Ata dos exames finais dos cursos básico e rural**. Cuiabá, 1945, 3 f.

_____. Carta Régia de Dom João VI, de 25 de junho de 1812: Crea, na cidade da Bahia, um curso de agricultura. **O Ensino Superior Agrícola no Brasil**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1991.

_____. Decreto 2.500 A, de 1º de novembro de 1859: Crea o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. **O Ensino Superior Agrícola no Brasil**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1991.

_____. Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910: Crea o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. **Legislação Republicana Brasileira: 1889-2002**. Brasília, DF: Senado Federal; PRODASEN, 2003. 1 CD-ROM.

_____. Decreto nº 23.979, de 8 de março de 1934: Extingue, no Ministério da Agricultura, a Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, criada pelo Decreto nº 22.338, de 11 de janeiro de 1933, aprova os regulamentos das diversas dependências do mesmo ministério, consolida a legislação referente à reorganização por que acaba de passar e dá outras providências. **Legislação Republicana Brasileira: 1889-2002**. Brasília, DF: Senado Federal; PRODASEN, 2003. 1 CD-ROM.

Regimento Interno do CEFET Cuiabá, 2005.

WEBGRAFIA

www.inep.gov.br/informativo. Acesso dia 14/11/06

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)